



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº 03 , DE 2013 C/DESCTMAT

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO sobre o PROJETO DE LEI Nº 1.701, de 2013, que *dispõe sobre o Rezoneamento Ambiental e Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Bacia do São Bartolomeu.*

**AUTORIA: Poder Executivo**

**RELATOR: Deputado ROBÉRIO NEGREIROS**

### I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo o Projeto de Lei nº 1.701, de 2013, apresentado pelo Governador do Distrito Federal por meio da Mensagem nº 384/2013-GAG.

A proposição visa a aprovar o Rezoneamento e o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu – APA da BRSB criada pelo Decreto federal nº 88.940, de 1983, nos termos da Lei federal nº 9.262, de 1996.

São propostas as seguintes normas gerais de proteção da APA: as atividades científicas devem ser previamente autorizadas pelo Instituto Brasília Ambiental - IBRAM; a fiscalização deve ser permanente e sistemática em todas as Zonas da APA; as atividades de fiscalização, pesquisa científica e monitoramento ambiental devem utilizar técnicas e equipamentos que causem o mínimo impacto aos recursos ambientais; as ocupações devem seguir legislação específica de controle, licenciamento, restrição e compensação ambiental; o percentual mínimo de permeabilidade em áreas urbanas deve ser definido após estudos ambientais; as áreas degradadas em Áreas de Preservação Permanente – APP devem ser recuperadas integralmente, mediante iniciativas voluntárias e aprovação de Plano de Recuperação de Áreas Degradadas; são permitidas a pesquisa científica e as coletas de organismos a ela associadas, desde que autorizadas pelo órgão ambiental responsável; no caso de novos projetos urbanos e rurais em que se utiliza o sistema de tratamento individual de esgotos sanitários, devem ser adotados os procedimentos relativos à padronização de fossas sépticas e à disposição dos efluentes; a região das cabeceiras do córrego Taboca deve ter cuidados especiais de ocupação, quanto à instalação de dispositivos de amortecimento e retenção de drenagem pluvial e manutenção de áreas de recarga e das áreas de vegetação nativa.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Ainda como normas gerais de proteção, são estabelecidos: as áreas consideradas como de preservação permanente; as diretrizes para atividades que gerem efluentes, resíduos sólidos ou emissões atmosféricas; os coeficientes máximos de impermeabilização do solo para as propriedades rurais; os instrumentos para promoção das melhorias da permeabilidade ecológica; e as diretrizes para os novos parcelamentos rurais.

São proibidas em toda APA: parcelamento de solo urbano sem projeto urbanístico aprovado e licenciamento ambiental; a disposição de resíduos sem coleta e tratamento adequados; a caça; a prática de queimada, exceto para proteção da biota e mediante autorização do órgão ambiental; a supressão de espécimes da vegetação nativa, exceto mediante autorização do órgão competente; a utilização de fossas negras e outros dispositivos de lançamento de esgotos sanitários sem tratamento; a utilização de aeronaves para pulverização de agrotóxicos; a instalação e operação de indústrias poluentes cujo beneficiamento produza efluentes capazes de afetar a qualidade dos mananciais destinados ao abastecimento público.

O zoneamento ambiental proposto para a APA da Bacia do Rio São Bartolomeu é composto por quatro zonas de manejo, segundo indicado nos Anexos I e II, cada uma com normas e diretrizes específicas.

A Zona de Preservação da Vida Silvestre – ZPVS é destinada à preservação dos recursos ecológicos, genéticos e da integridade dos ecossistemas, e compõe-se pelas unidades de conservação incidentes na APA e em áreas destinadas à criação de novas unidades de conservação. A Zona de Conservação da Vida Silvestre – ZCVS é destinada à conservação dos recursos naturais e à integridade dos ecossistemas. A Zona de Ocupação Especial de Interesse Ambiental – ZOEIA tem o objetivo de disciplinar a ocupação de áreas contíguas às zonas de Conservação e Preservação da Vida Silvestre, a fim de evitar as atividades que ameacem ou comprometam efetiva ou potencialmente a preservação dos ecossistemas e demais recursos naturais. A Zona de Ocupação Especial de Qualificação – ZOEQ tem o objetivo de qualificar as ocupações residenciais irregulares existentes, ofertar novas áreas habitacionais e compatibilizar o uso urbano com a conservação dos recursos naturais, por meio da recuperação ambiental e da proteção dos recursos hídricos.

O Corredor Ecológico da APA da Bacia do Rio São Bartolomeu é composto pela ZPVS e pela ZCVS, sendo estabelecida escala de permeabilidade ecológica que define os usos permitidos em cada área.

O Poder Executivo deverá instituir Conselho Consultivo, presidido pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com paridade entre representantes do Poder Público e da sociedade civil.

Seguem as cláusulas de vigência e revogatória, que revoga em especial a Lei nº 1.149, de 1996.

O Projeto de Lei foi distribuído à Comissão de Assuntos Fundiários, à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e à Comissão de Constituição e Justiça.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Encaminhada a esta Comissão para exame, a proposição não recebeu emendas.

É o relatório.

### II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 69-B, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo analisar e emitir parecer de mérito sobre matérias que tratem de cerrado, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente, controle da poluição e desenvolvimento econômico sustentável.

A Área de Proteção Ambiental – APA da Bacia do Rio São Bartolomeu abrange uma área de 82.917 hectares, nas Regiões Administrativas de Planaltina, Itapoã, Paranoá, São Sebastião e Jardim Botânico, em sua maior parte inserida em Zona Rural, segundo o disposto pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT. A região abriga importantes recursos hídricos e rica biodiversidade, em áreas remanescentes de cerrado. A implantação irregular de parcelamentos urbanos e atividades econômicas observada na região no decorrer das últimas décadas, ocasionando graves impactos, justifica a necessidade de revisão e detalhamento das normas.

A proposição trata do Rezoneamento e do Plano de Manejo da APA, em substituição ao atualmente disposto pela Lei nº 1.149, de 1996. As novas normas buscam promover o uso sustentável da região, preservando os recursos naturais sem impossibilitar a regularização fundiária e o desenvolvimento urbano e rural controlados.

São estabelecidas normas gerais de proteção, que determinam a fiscalização sistemática e permanente. As ocupações devem seguir legislação específica de controle, licenciamento, restrição e compensação ambiental. São definidos coeficientes máximos de impermeabilização do solo e diretrizes para as atividades que gerem efluentes, resíduos sólidos ou emissões atmosféricas, incluindo disposições relativas a sistemas de tratamento individual de esgotos.

A pesquisa científica e as coletas de organismos são permitidas, desde que autorizadas pelo órgão ambiental responsável. A atividade de pesca é condicionada às diretrizes de controle de qualidade da água e ao assentimento do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal.

O zoneamento proposto determina de maneira clara as restrições e as atividades permitidas para cada porção da gleba. A Zona de Preservação da Vida Silvestre e a Zona de Conservação da Vida Silvestre compõem o Corredor Ecológico da APA, destinado à conservação dos recursos naturais e à integridade dos ecossistemas. A Zona de Ocupação Especial de Interesse Ambiental disciplina a ocupação de áreas contíguas ao Corredor Ecológico, sendo permitido o uso urbano controlado. A Zona de Ocupação Especial de Qualificação abrange as ocupações



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

residenciais consolidadas, buscando compatibilizar a regularização fundiária e a oferta de áreas habitacionais com a recuperação ambiental e a proteção dos recursos hídricos.

No âmbito desta comissão apresentamos o Requerimento nº 3.004/2013, aprovado em 18/12/2013 pelo GMD, solicitando informações com o resultado das consultas públicas e os estudos técnicos que embasaram a proposição. Em 24/02/2014 recebemos as respostas encaminhadas pelo Ofício nº 169/2013 e em 06/03/2014, pelo Ofício nº 205/2014 da Coordenadoria de Assuntos Legislativos do GDF, anexos, com o resultado do pedido de informações, bem como com os estudos técnicos em mídia eletrônica, disponibilizados na intranet aos membros da CDESCTMAT, conforme informado pelos Memorandos Circular nºs 03 e 04.

Diante do exposto manifestamos voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 1.701, de 2013, com uma emenda modificativa do Senhor Deputado Patrício, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

Sala das Comissões, de de 2014.

**Deputado**

***Presidente***

**Deputado**  
**ROBÉRIO NEGREIROS**  
***Relator***



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

**Ofício nº 169/2013**

**Brasília, 24 de fevereiro de 2013**

Senhor Presidente da CDESCTMAT,

1) Em resposta ao Requerimento nº 3.004/2013, da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, encaminho em meio digital o documento técnico do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu, e cópia de parte do Processo nº 0391-001261/2011, que subsidiou a elaboração do Projeto de Lei nº 1.701, de 2013.

2) O processo de participação popular descrito no documento observa o art. 25, § 2º, da Lei Complementar nº 827, de 2010, que determina que *na elaboração, atualização e implementação do plano de manejo das Áreas de Proteção Ambiental e, quando aplicável, das Florestas Distritais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente e da área de influência.*

3) Em referência ao Projeto de Lei nº 1.728, de 2013, encaminho em anexo cópia do Processo nº 0360-001027/2012.

Atenciosamente,

**JOSÉ WILLEMANN**

Coordenador-Chefe de Assuntos Legislativos

A Sua Excelência o Senhor  
**Deputado Robério Negreiros**  
Câmara Legislativa do Distrito Federal  
Brasília-DF

CDESCTMAT	
RECEBIDO EM 24 / 02 / 14	
AS n	
	17.616
Assinatura e Matrícula	

**Deputado Robério Negreiros**  
Câmara Legislativa do Distrito Federal  
Brasília-DF



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO  
GABINETE DO SECRETÁRIO**



**MEMORANDO Nº 14 /2014 - GAB/SEGOV**

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

Senhor Coordenador,

Por ocasião do recebimento do Requerimento RQ n.º 3004/2013, o qual solicita a esta Secretaria de Governo os resultados das consultas e audiências públicas, bem como os estudos técnicos que embasaram a proposições do Projeto de Lei n.º 1.701/2013, oriundo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, encaminhamos relatório para conhecimento e encaminhamento à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Sustentável, Ciência e Tecnologia da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Sendo o que tínhamos para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

  
**GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO**  
Secretário de Estado de Governo

Ao Senhor

**JOSÉ WILLEMANN**

Coordenador-Chefe da Coordenadoria de Assuntos Legislativos

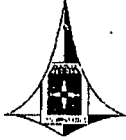
Secretaria de Estado de Governo

**NESTA**

Secretaria de Estado de Governo  
Palácio do Buriti,

CEP: 70.075-900 – Brasília/DF

Fone: (61) 3961-1556 / 3961-4438



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
Gabinete do Secretário



**OFÍCIO Nº 45 /2014-GAB/SEMARH**

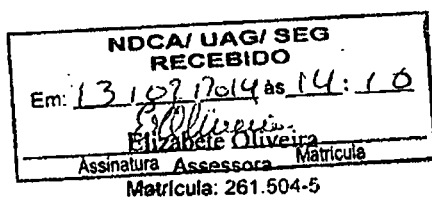
Brasília, 05 de fevereiro de 2014.

Senhor Secretário,

De ordem do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em atenção ao *Ofício nº 62/2014 – GAB/SEGOV*, o qual solicita informações acerca do Projeto de Lei nº 1701/2013, encaminhamos a Vossa Senhoria o Relatório do processo de participação da sociedade referente ao Projeto de Lei supracitado, que consta também no Processo nº 391.001.261/2011.

Atenciosamente,

**PAULO LIMA**  
Secretário-Adjunto



A Sua Excelência o Senhor,

**GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO**

Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal

Palácio do Buriti - Sala P42

CEP: 70075-900 – Brasília/DF

## ANEXO II – RELATÓRIO DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

**Equipe de moderação e relatoria:**

**Socióloga: MSc Neusa Zimmermann**

**Socióloga: Paula Ramponi Serrão Dalla Corte**

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

O processo de elaboração do plano de manejo da APA da BR SB foi efetivado de forma pactuada com a sociedade, de modo que a unidade de conservação possa cumprir os objetivos para os quais foi criada.

Em 04 de outubro de 2012, o primeiro momento de maior aproximação com os agentes governamentais e atores sociais envolvidos foi cumprido. A Reunião Aberta destinada ao diálogo com um número maior de pessoas contou com a presença de 42 representantes governamentais e da sociedade civil. Os outros dois momentos destinados à análise da situação da APA, revisão do zoneamento atual e proposição de resultados e atividades para o Plano de Manejo foram realizados em Oficinas de Planejamento Participativas (OPP) que deram foco às questões urbanas e rurais. Cinquenta e oito representantes de atores governamentais e da sociedade civil contribuíram com análises e proposições de ação para a formulação do documento do plano de manejo nas duas OPP.

O presente relatório reúne as reflexões e as estratégias de ação conjunta governo/sociedade civil na expectativa de que a vontade política, o interesse e o esforço da população, aliados a uma boa condução técnica levem a resultados positivos e sustentáveis em termos do correto relacionamento do ser humano no uso dos recursos naturais.

### REUNIÃO ABERTA

Data de Realização: 04/10/2012

Horário: 19h30 às 22h

Local: Salão da Administração Regional do Paranoá

Objetivos da Reunião: Informar sobre a iniciativa governamental de elaborar o Plano de Manejo da APA da Bacia do Rio São Bartolomeu; Estimular a participação e o engajamento de instituições públicas, organizações da sociedade civil, entidades privadas, empresas e grupos na discussão inicial sobre a revisão do zoneamento em vigor e elaboração do Plano de Manejo da APA BR SB; Familiarizar os participantes nos conceitos e na metodologia a serem utilizadas; Conhecer a visão dos atores sociais e agentes governamentais sobre a APA; Colher sugestões para a composição do Conselho Consultivo da APA.

### OFICINA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVA – URBANA

Data de realização: 16 e 17 de outubro de 2012

Horário: 9h às 18h30

Local de Realização: Centro de Visitantes do Jardim Botânico de Brasília

Objetivos da Oficina: Obter subsídios às propostas elaboradas para a revisão de zoneamento interno da APA da Bacia do Rio São Bartolomeu, com foco nas questões urbanas; elaborar propostas de resultados desejados e ações necessárias ao plano de manejo; discutir a formação do Conselho Consultivo da APA.

**Participantes:** Agentes governamentais, representantes da comunidade, de condomínios urbanos, de ONGs e da iniciativa privada.

#### **OFICINA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVA - RURAL**

**Data de realização:** 23 e 24 de outubro de 2012

**Horário:** 9h às 18h30

**Local de Realização:** Centro de Visitantes do Jardim Botânico de Brasília

**Objetivo da Oficina:** Obter subsídios às propostas elaboradas para a revisão de zoneamento interno da APA da Bacia do Rio São Bartolomeu, com foco nas questões rurais; elaborar propostas de resultados desejados e ações necessárias ao plano de manejo; discutir a formação do Conselho Consultivo da APA.

**Participantes:** Agentes governamentais, representantes de comunidade e de condomínios rurais, de ONGs e da iniciativa privada.

## 2. PROGRAMAÇÃO CUMPRIDA NA REUNIÃO ABERTA

A mensagem inicial da Reunião Aberta foi proferida por Ariana Leite, representante do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM). Ariana explicou ser o início do processo participativo para a realização do diagnóstico e zoneamento da APA da Bacia do Rio São Bartolomeu. Enfatizou a necessidade e importância da presença e manifestação dos diferentes atores sociais e agentes governamentais envolvidos para elaboração do plano de manejo. Finalizou informando que o trabalho tem previsão de conclusão até dezembro de 2012.



Figura 1 – Abertura do evento pela técnica Ariana Leite, representante do IBRAM.

Após os procedimentos de instalação da reunião realizados pela moderadora do evento, o coordenador dos trabalhos de elaboração do Plano de Manejo pela empresa Geo Lógica Consultoria Ambiental, Carlos Christian Della Giustina explanou acerca de conceitos e da metodologia a serem utilizados, bem como sobre as fases do processo do trabalho a ser realizado.

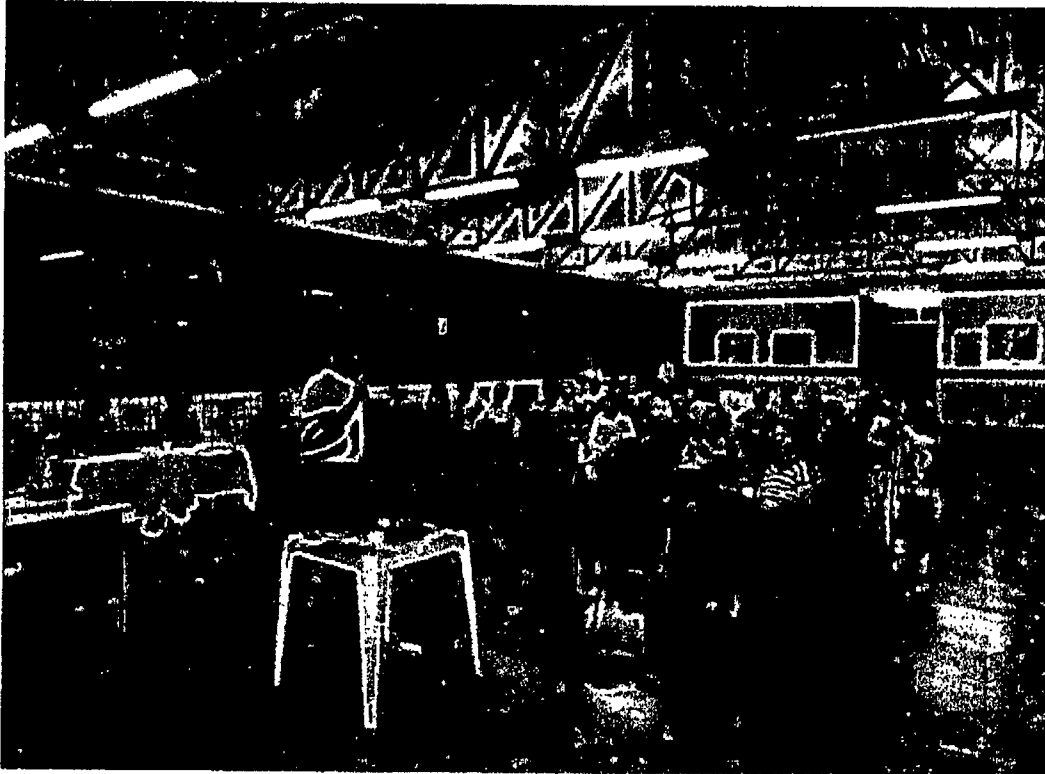


Figura 2 – Christian Della Giustina faz a apresentação para os participantes.

Após a apresentação de Carlos Christian Della Giustina, os participantes encaminharam perguntas e fizeram considerações que foram respondidas e comentadas pelo expositor.

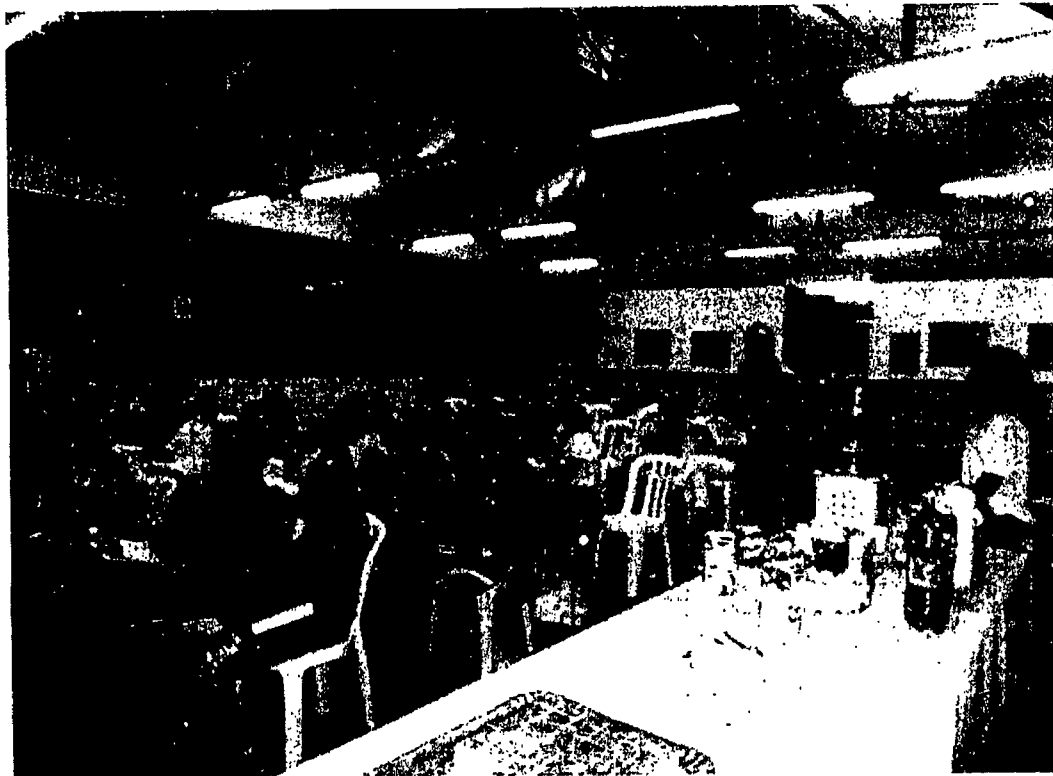


Figura 3 – Participantes tiram suas dúvidas.

Os temas abordados no debate, as considerações e os novos esclarecimentos feitos podem ser assim resumidos:

- A proposição de novo zoneamento e do plano de manejo está em construção. O processo participativo foi iniciado com esta Reunião Aberta e terá continuidade nas duas oficinas de planejamento participativo, sendo uma com público urbano e a outra com o público rural visando obter maiores subsídios em termos da compreensão da problemática, das potencialidades e oportunidades existentes, assim como a discussão dos resultados pretendidos e das ações necessárias para o alcance do objetivo do plano de manejo. O IBRAM irá apresentar o resultado final desse processo até dezembro de 2012.
- O Plano de Manejo pode ser comparado a um Plano de Utilização da área ambiental. O rezoneamento servirá para remarcação/revisão da área de proteção da APA BR SB;
- É necessário focar na intensidade do uso, ou seja, no que será permitido em cada área. O PDOT é uma lei que será promulgada em breve e servirá como referência para nortear os trabalhos;
- O documento do plano de manejo será elaborado com a participação de diferentes agentes governamentais e atores sociais. A referida participação tem natureza consultiva e não deliberativa, já que a decisão final é do IBRAM. O plano de manejo poderá ser mais restritivo que o PDOT;

- O plano de manejo deverá prever um zoneamento e programas de manejo que explicitem as estratégias de conservação do Cerrado estabelecidas pelo PDOT.
- Havia a previsão de construção de barragens no rio São Bartolomeu para abastecimento público. Entretanto, com a revisão do Plano Diretor de Água e Esgoto essas barragens foram redimensionadas e passaram a ser do tipo "fio d'água". Porém, em função de uma hierarquização de prioridades, o projeto de reservatórios não mais existe, estando sem previsão a construção do lago São Bartolomeu;

Há um intenso avanço urbano sobre as áreas rurais. É necessário coibir o parcelamento irregular e isto já está regulamentado, mas exige uma fiscalização mais intensa;

O loteamento mínimo de áreas rurais é de dois hectares. Para se lotear é necessário cumprir a legislação ambiental, urbanística, registro de projeto e outras determinações das secretarias que cuidam de meio ambiente, assuntos urbanos e da Terracap.

## 2.1. VISÃO E EXPECTATIVAS DOS PARTICIPANTES

O estímulo feito aos participantes para que respondessem a um pequeno questionário com perguntas sobre a sua visão da APA Bacia de São Bartolomeu e o fornecimento de sugestões para a formação do Comitê Consultivo resultou na obtenção de respostas de dez participantes.

As perguntas orientadoras formuladas foram as seguintes:

O que você conhece sobre a APA de São Bartolomeu?

Qual é a sua importância para os recursos naturais e população que na área vive e/ou trabalha?

Quais são os principais problemas ambientais da área?

Quais instituições públicas e organizações da sociedade civil você sugere para a composição do Conselho Consultivo da APA?

## 2.2. RESULTADOS OBTIDOS

A grande maioria dos respondentes declarou conhecer a APA da Bacia do Rio São Bartolomeu e entender a sua importância. Os aspectos de relevante importância identificados foram a preservação e conservação das riquezas naturais, dos animais, do solo, manutenção do clima, fauna, flora e manutenção dos recursos hídricos.

Como principais problemas responderam: degradação ambiental, avanço urbano e especulação imobiliária, ocupações irregulares, desmatamento, captação irregular de água, perda de solo e assoreamento, perda de recursos hídricos, crescimento populacional, desmatamento, queimadas, extração de madeira, caça e captura de animais, entre outros.

Para melhor compreensão da diversidade de respostas obtidas às perguntas orientadoras, é apresentado a seguir, um detalhamento das mesmas com a frequência das opiniões indicada entre parênteses:

O que você sabe sobre a APA da Bacia do Rio São Bartolomeu?

- É uma unidade de conservação de uso sustentável, de grande extensão contendo terras de várias cidades satélites e áreas de domínio público e privado (3);
- Tem muito potencial natural mas, também, muitos problemas. Contém significativa representação do espaço rural do DF. É importante como corredor ecológico (1);
- É uma área que deveria cumprir seu papel de preservação e contenção do avanço urbano e seus problemas (1);
- Foi criada em 1.983 e seus usos estão sendo definidos (1);
- É uma unidade de conservação com áreas de ocupação irregulares (1);

- É uma bacia que forma e/ou compõe o Lago Paranoá. Vital para a nossa fauna, flora e vida humana. Responsável por nosso clima/umidade média suportável;
- A APA é de grande relevância para o DF, especialmente em relação à disponibilidade hídrica das bacias do DF. Tem uma importante vocação rural e ambiental para a região. Possui áreas de vegetação natural importantes (1);
- Unidade de conservação de uso sustentável criada por decreto federal cujo zoneamento é regido por lei distrital, com impactos sobre o uso e ocupação do solo (1);
- É uma área de preservação ambiental (1);
- Não sei nada (1).

Qual a sua importância para os recursos naturais e população que na área vive ou trabalha?

- Preservação da fauna, flora, da vida de animais silvestre e dos recursos hídricos da região, além da conservação do solo. Responsável por contribuição hídrica aos mananciais (3);
- É uma área com grande riqueza de recursos naturais, água e vegetação natural. É uma área de recarga hídrica, porém de grande fragilidade ambiental. Possui comunidades que tem na vida rural seu sustento (2);
- Preservação de áreas verdes remanescentes, manutenção/criação de corredores ecológicos, disciplina a ocupação, coibindo a ocupação desordenada (1);
- Importante para conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação dos recursos naturais (1);
- De total importância; o homem não consegue sobreviver sem os recursos da natureza. Preservar é a solução (1);
- Capital natural (biodiversidade, recursos hídricos); é corredor ecológico; privilégio para a população que vive no interior de uma UC; pode trazer algumas restrições aos produtores rurais; pode inviabilizar a regularização de condomínios (1);
- Procura fazer o melhor para o meio ambiente (1);

Quais os principais problemas ambientais da área?

- Ocupação irregular principalmente por condomínios; especulação imobiliária provocando intensificação da ocupação; urbanização em áreas não apropriadas; eliminação das áreas verdes; captação irregular de água com grave prejuízo para o lençol freático; poluição dos corpos hídricos superficiais e subterrâneos,
- perdas de solo, redução dos espaços rurais suprimindo condições para a sobrevivência silvestre (10);
- Invasão dos fazendeiros (1);

- Contaminação do solo e lençol freático, desmatamento, queimadas, degradação do solo, erosão, extração de madeira, caça e captura de animais, entre outros (1);
- Desmatamento de APP, mineração (exploração de materiais naturais de construção: areia e cascalho), crescente demanda por abastecimento de água e esgotamento sanitário (1).

Quais instituições públicas e organizações da sociedade civil você sugere para a composição do Conselho Consultivo da APA?

- Foram sugeridas diversas instituições públicas e organizações da sociedade civil para a composição do Conselho Consultivo da APA. As indicações estão a seguir relacionadas: Associação de produtores rurais e de moradores de condomínios; ADASA, SEAGRI, SEMARH, SEDHAB, Secretaria de Meio Ambiente, Terracap; CAESB, CEB, Ibram, Polícia Militar Ambiental, Corpo de Bombeiros, Administração das Regiões Administrativas de Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho, Jardim Botânico e do Paranoá; Agefis, UnB e faculdades particulares, Colégio Agrícola, Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável das RA; Divisão Especializada de Meio Ambiente – DEMA; Ibama; IBGE, ICMBio, Incra, indicações do Conselho Distrital de Desenvolvimento Rural Sustentável, ONG Escoteiros.

### 2.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Representantes da iniciativa privada, de ONG e de instituições governamentais presentes demonstraram interesse em participar da fase propositiva do processo de elaboração do Plano de Manejo da APA da BRSB, a se concretizar nas duas oficinas de planejamento participativo a serem realizadas no mês de outubro de 2012.

É esperado que as considerações e proposições a serem oferecidas possam resultar numa proposta exequível e consensuada de Plano de Manejo. A complexidade das questões a serem tratadas sugere a necessidade de planejamento na perspectiva de harmonizar o ambiente biofísico com as relações socioeconômicas na área da APA da Bacia do Rio São Bartolomeu.

Para a avaliação das reuniões foi utilizado um instrumento simplificado, com o objetivo de saber o que foi considerado como positivo e o que deveria ser melhorado nas demais fases do processo de elaboração do PM. Foram obtidas sete respostas do total de quarenta e dois participantes.

A Reunião Aberta foi avaliada como importante iniciativa, tendo funcionado como espaço de esclarecimentos, de debates abertos e francos, tendo possibilitado maior aproximação da população com a questão ambiental.

#### 2.4. AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Número de respondentes: 07

##### **O que foi positivo:**

- Estamos no caminho certo. Qualquer esforço é válido para a preservação do meio ambiente;
- Montagem, apresentação, explanação, organização, pessoal;
- Muito esclarecedor. O mapa com o link com o tipo de uso ficou muito bom. Poderia ampliar mais a escala. Parabéns!
- Boa elucidação sobre o que é zoneamento da APA e como se integra com o contexto ambiental externo à APA, como por exemplo os corredores ecológicos entre os principais núcleos verdes do DF. Presença de várias instituições;
- Boa didática;
- Processo democrático e participativo;
- Local, apresentação da empresa, rever amigos.

##### **O que deve ser melhorado:**

- Realizar outras apresentações como esta em outras comunidades da APA, que é muito extensa;
- Mobilização maior da comunidade;
- Comprar os lanches dos produtores rurais (por exemplo Rurarte ou das Mulheres de Tabatinga);
- Estudar um horário melhor;
- Panfletos, folders mais chamativos com linguagem mais simples e sem ambiguidades;
- Qualidade do som;
- Agora a questão é agir com cautela para ajudar o meio ambiente. O governo dormiu para resolver esta questão ambiental. Agradece qualquer esforço para a preservação;
- Enviar convites e materiais com antecedência e comunicação direta com as áreas fim de cada órgão;
- Pedir para as entidades indicar representantes que devem acompanhar as discussões do início ao fim, em todas as etapas;
- Melhorar a programação da outra reunião.

**2.5. RELAÇÕES DE PARTICIPANTES**

	Nome	Telefone	E-mail	Instituição ou Comunidade	Área Rural ou Urbana
1	Alba Evangelista Ramos	3051-6348	alba.ramos@gmail.com	Secretaria de Agricultura DF	Rural
2	Ariana Leite	9326-0078	leiteariana@yahoo.com	lbram	
3	Capitão Souza Junior	7817-5499	falconm16002@hotmail.com	Polícia Militar Ambiental	
4	Cláudia Franco	9209-1992	salles5@hotmail.com	Ecovila Aldeia do Altiplano	Rural
5	Cláudio Duarte	9809-4959	claudio.duarte@seagridf.gov.br	Secretaria de Agricultura	DF e Ride
6	Cláudio Ribas	9666-6017	ribas@pmdf.df.br	Polícia Militar Ambiental	
7	Clóvis Esselin	3103-9405	crresselin@hotmail.com	Ar. Agropecuária	Urbana
8	Damião	8456-8010	mentos@gmail.com	Café Sem Troco	Rural
9	Dominique Cortes de Lima	9100-6395	domiclima@gmail.com	SEDHAB	Urbana
10	Elio Laert	9613-9485		Ass. Do Orgânico	Rural
11	Eunis Silva	9221-1960	oeunys69@gmail.com	Adm S. Sebastião	
12	Fernanda Messias	8172-2814	fnanda2601@gmail.com	Moradora	Rural
13	Fernando Vale	9164-8092/3389-7918	fernandosilvavale@hotmail.com	Café Sem Troco	Urbana
14	Filomena Costa	9255-3202	filomissionaria@hotmail.com	Rio Preto	Urbana
15	Gerson Damião	9614-1175	nicolau.kiarra@yahoo.com.br	DF Sobradinho	
16	Guilherme Almeida	3213-0113	almeida.guilherme@gmail.com	SLU	
17	Henrique Cruvinel	3213-7458	henriqueborges@caesb.df.gov.br	CAESB	ambos
18	Ismar Pereira	9217-8916/8505-1372	ismar55@gmail.com	Café Sem Troco	Urbana
19	Janaina Vieira	9235-4668	janaina@aria.eng.br	Aria Consultoria	
20	Janine Barbosa	9674-1818	saosebastiaoqab@gmail.com	Adm S. Sebastião	
21	Janio Rodrigues	9981-8497	janio.rodrigues@sedhab.df.gov.br	SEHAB	Urbana
22	José Dário	3408-3556	residencialnovohorizonte@hotmail.com	Morador	
23	José Rodrigues Alves	8179-7111	iralves@gmail.com	Assoc. Comércio e Indústria	
24	Jovenario	9653-4133	jovenariosilva@hotmail.com	CRDISS	Rural
25	Jovenilton da Silva	9265-6130		Ass. Moradores Mangueiral	Rural
26	Leila Costa	9613-9485	leilacosta@hotmail.com	Sec. Conselho S. Sebastião	Rural
27	Lorena Burgos	3226-6000	lorenaburgos@upsa.com.br	UPSA	
28	Lúcio Rodrigues	9971-1744	lucio@aria.eng.br	Aria Empreendimentos	
29	Marceli da Silva Brito	9395-7833	s.marceli@hotmail.com	Ass. Moradores Mangueiral	Rural
30	Márcio Araujo	8417-1888/3039-4546	marciogeominerios@hotmail.com	Geominérios	
31	Marcio Hedelberto Borges	3462-3901	marcio.borges@bsa.incra.gov.br	INCRA SR 28/DF	Rural
32	Maria Izabel Vanderlei	8117-1509	izabel.vanderlei@sedhab.df.gov.br	SEDHAB	Urbana
33	Marilene Mendes	9677-3815	marilenemendes03@gmail.com	Moradora	Rural
34	Maurício Costa	8402-1385	mauriciocosta.empreendimentos@	Café Sem Troco	Rural
35	Paulo Rubens	3214-5695	paulorufilho@gmail.com	lbram	
36	Pedro Braga Netto	9965-6620	pbraganetto@gmail.com	lbram	
37	Pedro Paulo V. Rosa	9964-6609	pedropaulo.rosa@gmail.com	lbram	
38	Rafael Serejo	8145-5007	serejo.rafael@gmail.com	AEF/DF	
39	Rodrigo Cavalcante	8220-0208		INCRA SR 28/DF	
40	Romulo Andrade	3214-4109	romulo.andrade@sedhab.df.gov	SEDHAB	Urbana
41	Verusca Cavalcante	3462-1026	verusca.cavalcante@icmbio.gov.br	ICMBio	
42	Wilson Brito	9152-8252	wilson.gov@gmail.com	Morador	

### 3. PROGRAMAÇÃO CUMPRIDA NAS OFICINAS:

#### 1º Dia:

**Manhã:** 9h às 12h30

Instalação da oficina;

Apresentação dos principais conceitos e da metodologia a serem utilizados;

Apresentação de resumo do diagnóstico e debate;

**Tarde:** 14h às 18h30

Análise da situação atual da APA: fragilidades e potencialidades;

Revisão do zoneamento interno: apresentação e discussão de critérios das normas do plano de manejo.

#### 2º Dia

**Manhã:** 9h às 12h30

Revisão do zoneamento interno: análise da destinação para as diferentes áreas;

**Tarde:** 14h às 18h

Detalhamento dos elementos do Plano de Manejo: resultados, atividades, parcerias e responsabilidades;

Discussão da formação do Conselho Consultivo da APA;

Avaliação e encerramento da oficina.

### 3.1. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

#### INSTALAÇÃO DA OFICINA

Os trabalhos nas oficinas foram abertos por Pedro Braga, representante do IBRAM e Carlos Christian Della Giustina, coordenador dos trabalhos de elaboração do Plano de Manejo pela empresa Geo Lógica Consultoria Ambiental. Carlos Christian, ao dar as boas vindas aos presentes, explicou os objetivos da oficina e disse de sua expectativa em obter os subsídios necessários à revisão do zoneamento e à elaboração do plano de manejo da APA da BRSB. Esclareceu que o cronograma de trabalho de Geo Lógica pactuado com o Ibram está dividido em quatro etapas: plano de trabalho (já aprovado), diagnóstico e zoneamento (término previsto para 30/10/12 e 30/11/12, respectivamente) e plano de manejo (término previsto para 15/12/12).



Figura 4 – Abertura da OPP Urbana.



Figura 5 – Abertura da OPP rural.

#### Expectativas dos Participantes da OPP Urbana

Os quinze participantes da OPP Urbana na oportunidade de sua apresentação, deixaram claro o grande interesse na questão urbanística da APA. O grupo explanou suas expectativas quanto ao resultado da oficina e sobre suas possíveis contribuições, dentre as quais se destacam: a experiência em projetos dentro e fora da APA; a experiência cartográfica; a experiência em planejamento urbano, com foco na compatibilização de áreas urbanas e rurais. A presença de membros da Comissão de Acompanhamento do Ibram facilitou o desenvolvimento dos trabalhos pela experiência em iniciativas semelhantes em outras APA. Esses profissionais contribuíram nos trabalhos da oficina, trazendo a preocupação de manter o que há de certos e evidenciando os ajustes necessários em termos das ocupações já instaladas e em questões ligadas àquelas que ainda não de vir. Trouxeram, igualmente, conhecimentos relacionados ao meio ambiente e planos de manejo, além das reflexões ligadas à APA do Planalto Central, com destaque na conectividade entre as duas APA.



Figura 6 – Expectativas dos participantes na OPP Urbana

O grupo enfatizou a necessidade em manter, ao máximo, os atributos da área e, principalmente, a função de corredor ecológico que exerce.

Os empreendedores presentes trouxeram o conhecimento em zoneamento urbano, com o enfoque na incorporação imobiliária, tendo manifestado o interesse em algumas áreas para novos empreendimentos.

Os participantes explicitaram o desejo de obter informações, de conhecer o sentimento geral do grupo, de conhecer o cronograma de término dos trabalhos e de colaborar na elaboração do plano de manejo da APA da BRSB.

Vale ressaltar que, embora a divulgação tenha sido feita por meio de cartas, contatos telefônicos aos órgãos de gestão ambiental, associações comunitárias e de condomínios, mala direta para grupos e entidades ambientalistas, confecção de cartazes e panfletos, não houve o comparecimento aguardado. O segmento da iniciativa privada foi o que teve maior presença, com a participação de quatro empresas interessadas na questão urbanística da APA da Bacia do Rio São Bartolomeu e que em muito auxiliaram para o desenvolvimento dos trabalhos com seus conhecimentos específicos.

#### Expectativas dos Participantes da OPP Rural

Quarenta e três pessoas participaram da OPP Rural. Expressaram interesses como esclarecimento de dúvidas, obtenção de informações atualizadas e saber o que há de

concreto que pudesse ser levados às comunidades rurais. O grupo da OPP Rural pode ser caracterizado como muito diversificado. Contou com produtores rurais, técnicos da Emater, Ibram, Seagri, Caesb e a presença de representantes de comunidades. Desta forma, a oficina desenvolveu-se com riqueza de conhecimentos técnicos e em termos de vida e trabalho na região, a saber: aspectos da agricultura local, bacias hidrográficas, criação de animais etc. Todos demonstraram forte desejo de contribuir no estabelecimento de alternativas para a condução de processos produtivos e de ocupação residencial em bases sustentáveis a partir de um novo modelo, onde os diferentes interesses não deixassem de considerar a conservação e a proteção dos recursos naturais. A divulgação foi realizada pelos mesmos meios da oficina urbana.



*Figura7 - Levantamento de Expectativas dos Participantes - OPP Rural*

## METODOLOGIA DA OFICINA

As oficinas foram realizadas com iguais procedimentos metodológicos, ou seja:

- palestras de nivelamento conceitual; explicação da metodologia de formatação do plano de manejo; apresentação e debate sobre aspectos do diagnóstico socioeconômico e ambiental elaborado; análise em grupos sobre aspectos fortes e frágeis do ambiente interno da APA BRSB; priorização por meio do "Princípio de Pareto"; análise dos critérios para a revisão do zoneamento atual; elaboração de elementos de planejamento como os resultados pretendidos para a obtenção das mudanças necessárias na APA BRSB e detalhamento de atividades; definição das parcerias institucionais e comunitárias visando a ação conjunta governo/sociedade civil; discussão da composição do Conselho Consultivo da APA BRSB.

Os métodos e técnicas de trabalho participativo empregados ajudaram na participação ativa das pessoas envolvidas, o que se constitui numa conquista básica da democracia, já que possibilita uma intervenção efetiva e importante nas decisões que influenciem suas vidas.

### - Visualização por Tarjetas

A realização de discussões participativas requer organização e a utilização de técnicas específicas para trabalho com grupos. A visualização é um conjunto de técnicas que estimula a participação por meio do acompanhamento permanente dos produtos da discussão e pela busca de acordos no grupo. Esta técnica facilita a participação de pessoas com diferentes graus de escolaridade; é flexível e dinâmica; somente são registradas as ideias chave e de forma sintética. As principais funções da visualização são:

- Criar um foco de atenção que evita dispersões;
- Tornar as discussões mais democráticas e transparentes;
- Possibilitar o acompanhamento simultâneo dos produtos gerados das diferentes etapas da oficina;
- Favorecer a organização das ideias dos participantes;
- Contribuir para o registro das principais ideias que surgem como produto da discussão ou da construção coletiva.

Para a divisão em grupos nas oficinas considerou-se a experiência e o interesse dos participantes em cada tema apresentado. As discussões grupais foram estimuladas por meio de perguntas orientadoras que favorecem a concentração e o foco correto às reflexões. Ao final do trabalho, com o apoio da moderadora, os participantes voltaram à situação de formação em plenária para que os produtos obtidos em grupo fossem lidos, discutidos, complementados e validados.

### Princípio de Pareto

Após a identificação dos problemas da situação atual da APA BRSB foi realizada a sua priorização por meio do "Princípio de Pareto". Esse princípio afirma que, para muitos

fenômenos, 80% das consequências advêm de 20% das causas. A grande aplicabilidade deste princípio à resolução dos problemas reside, precisamente, no fato de ajudar a identificar o reduzido número de causas que estão, muitas vezes, por detrás de uma grande parte dos problemas que ocorrem.

#### Gestão por Resultado

O plano de manejo da APA BRSB será elaborado com base no método da Gestão por Resultados. Esse método gerencial é baseado no ciclo de vida de projeto, plano e/ou programa e reúne diferentes recursos e medidas para a melhor tomada de decisão, assegurar a transparência, facilitar a prestação de contas, a elaboração de relatórios e o aprendizado sobre a prática desenvolvida. O método é focado em resultados sendo as atividades um meio para alcançá-los.

Por **resultado** é entendida a mudança desejada para a transformação de uma realidade (aspectos negativos observados na situação atual da APA). Deve ser possível de verificação (medição e/ou qualificação). As **atividades** correspondem às intervenções necessárias e suficientes para o alcance dos resultados.



Figura 8 - Nivelamento Conceitual - OPP Rural.

O processo participativo para elaboração do diagnóstico da APA da Bacia do Rio São Bartolomeu envolveu agentes governamentais e atores de diferentes segmentos sociais, com diferentes níveis de conhecimento. Estiveram em interação nas oficinas produtores com grande experiência operacional, técnicos, profissionais com altas titulações acadêmicas e

cidadãos, o que demonstrou ser necessário o nivelamento conceitual para que houvesse uma uniformidade mínima nas discussões.

Durante as oficinas, Carlos Christian Della Giustina realizou explicações de nivelamento conceitual, em momentos que precederam à realização de atividades em grupo. Foram realizadas três palestras, sendo a primeira sobre marcos orientadores, conceitos e a metodologia para elaboração do plano de manejo; a segunda apresentando o diagnóstico socioeconômico e ambiental; e a última versando sobre os critérios de revisão do zoneamento e as diretrizes de planejamento para a elaboração do plano de manejo.

#### 4. CONCEITOS E METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO

Carlos Christian, em sua explanação sobre os marcos orientadores embasados nas legislações ambiental, nacional e distrital, apresentou os tipos de áreas legalmente protegidas e os principais conjuntos de normas e regulamentações.

Temas da explanação:

- Código Florestal Brasileiro
- APP - Área de Preservação Permanente:
- Reserva Legal:
- SNUC
- Categorias de Unidade de Conservação
- Zoneamento
- Plano de Manejo:
- Corredor Ecológico:
- Desenvolvimento Sustentável:
- Diagnóstico Ambiental: APA da Bacia do Rio São Bartolomeu
- Comparação entre os dois zoneamentos existentes:
- Diretrizes de Planejamento.

A última explanação de Carlos Christian Della Giustina tratou das diretrizes de construção do planejamento utilizadas para as atividades das OPP, com o intuito de estabelecer atributos ambientais estratégicos para a unidade; os aspectos socioeconômicos e institucionais; a fragilidade e vulnerabilidade social e ambiental; potencialidades de ocupação e as oportunidades. Basicamente, a APA foi dividida em Áreas Socioambientais Homogêneas para o meio urbano e para o meio rural. A partir delas, os participantes definiram diretrizes para cada área discriminada.

## 5. RESULTADOS DA OFICINA

### 5.1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL DA APA: FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES

O trabalho dos grupos teve início com a análise da situação atual da APA BRSE, ou seja, levantamento das fragilidades (problemas) e das potencialidades (pontos fortes) a partir da percepção dos diferentes atores que vivem e trabalham na área. O enunciado construído pelos participantes e que sintetiza a situação atual da APA foi o seguinte:

*A APA da Bacia do Rio São Bartolomeu está ameaçada pelo processo de ocupação e uso do solo desordenados e pelas falhas da gestão ambiental.*

Para a realização da análise, os participantes tiveram como foco as seguintes perguntas orientadoras:

**Pergunta 1:** *Quais são as fragilidades ou pontos fracos do ambiente interno da APA em termos da temática que o grupo analisa?*

**Pergunta 2:** *Quais são as potencialidades ou pontos fortes do ambiente interno da APA em termos da temática que o grupo analisa?*

Após a reflexão em grupos, as conclusões foram levadas à plenária para discussão, complementação e validação. Obtido o consenso de todos os participantes, foi realizada uma priorização de problemas que caracterizam a fragilidade atual do ambiente interno da APA, com base no "Princípio de Pareto". As escolhas foram feitas de forma individual. As potencialidades levantadas foram utilizadas no momento propositivo de estabelecimento de resultados e atividades para a transformação da realidade.

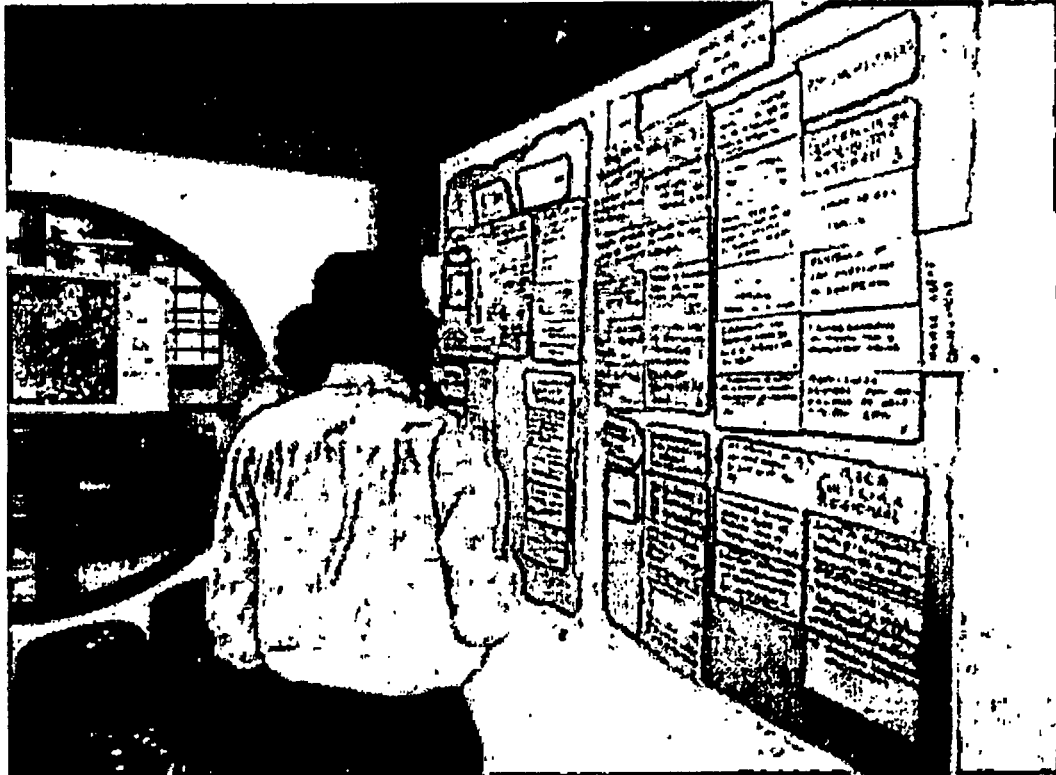


Figura 9 - Trabalho em Grupos: Participantes elaborando painel Análise da Situação Atual - OPP Urbana.

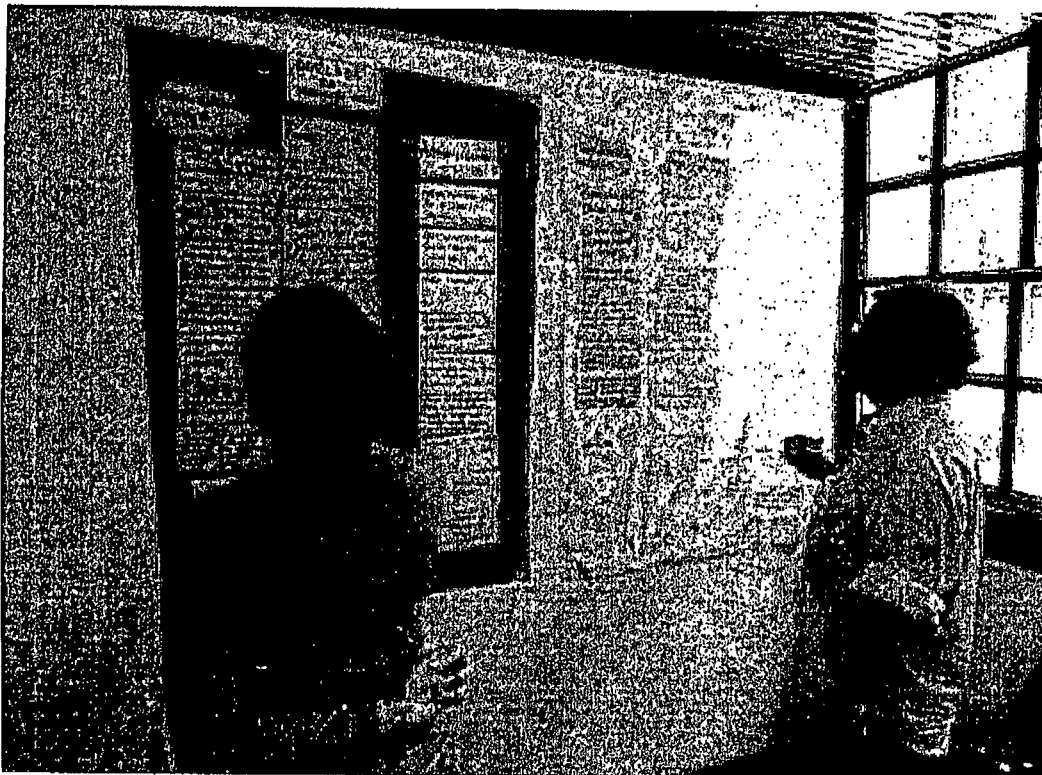


Figura 10 - Trabalho em Grupos: Participantes elaborando painel Análise da Situação Atual - OPP Urbana.

Os problemas identificados foram organizados em painéis, para que então fossem feitas as prorizações. As prorizações indicam que se constituem em aspectos de grande relevância para a explicação da problemática da APA sendo, por conseguinte, os focos prioritários de intervenção. Os demais problemas ou fragilidades são apresentados na ordem de prorização subsequente.

– Análise da Situação Atual da APA: Fragilidades e Potencialidades – OPP Urbana

Os temas trabalhados pela Oficina Urbana foram:

- Suporte Administrativo
- Gestão Participativa;
- Uso do Solo e Conservação da Natureza;
- Pesquisa Científica e Educação Ambiental;
- Desenvolvimento Urbano;
- Regularização Fundiária;

Os resultados da análise e da priorização realizadas estão organizados em painéis conforme as fotografias dos materiais produzidos nas OPP:

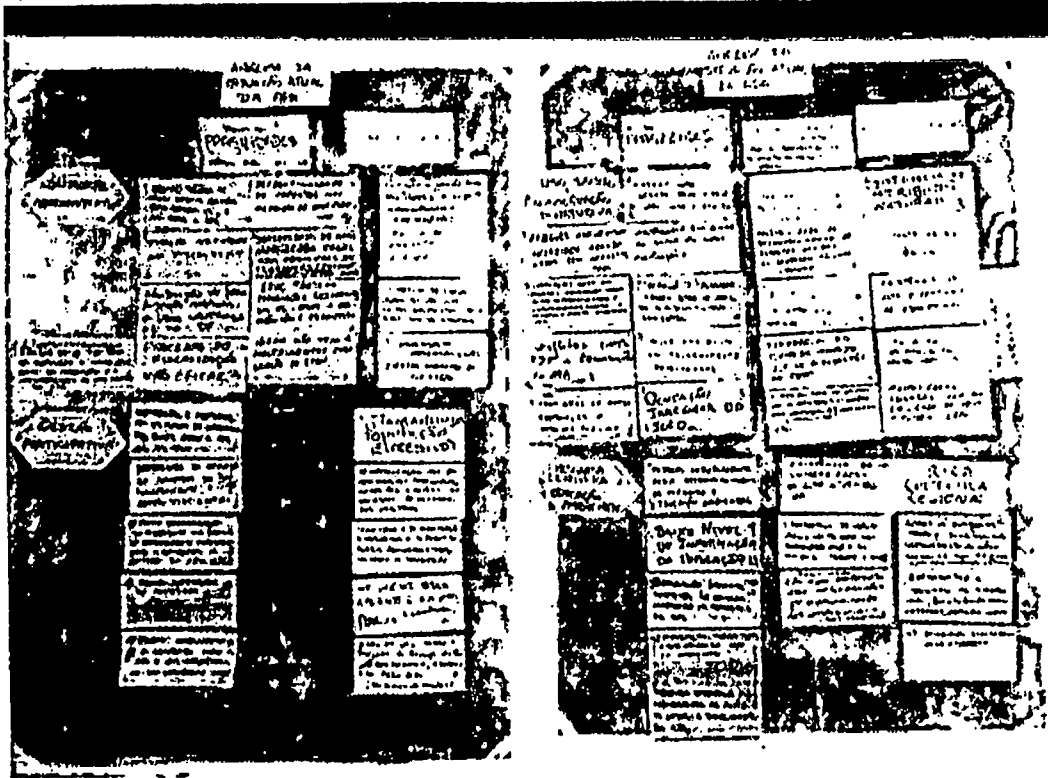


Figura 11 - Painel Análise da Situação Atual da APA da BRSB – OPP Urbana.

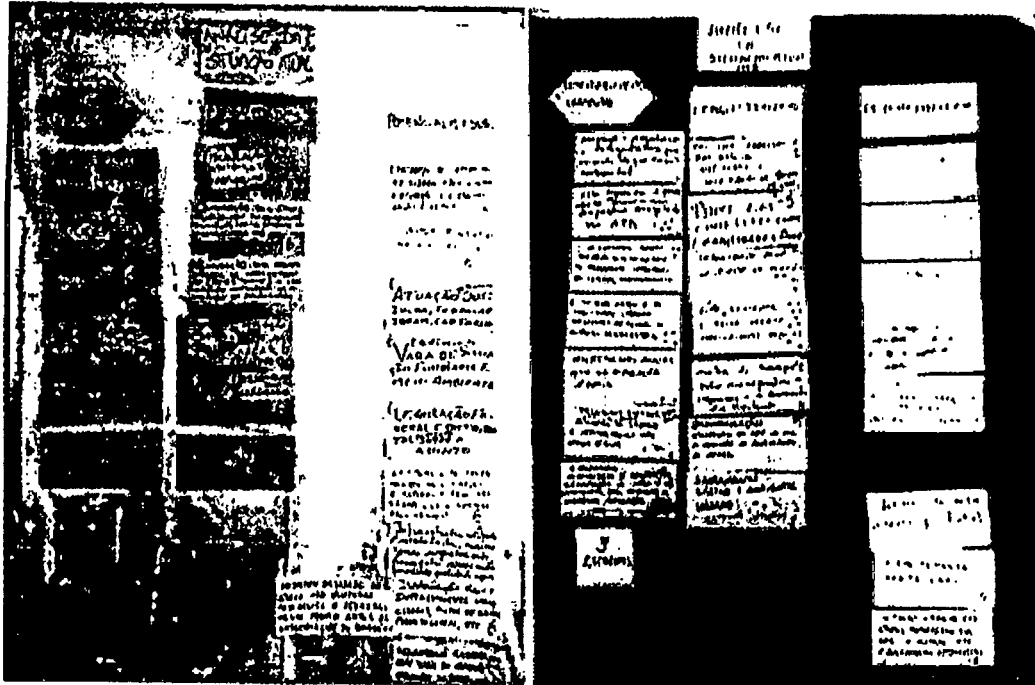


Figura 12 - Continuação Painel Análise da Situação Atual da APA da BR SB – OPP Urbana.

Os painéis abaixo representam as transcrições das tarjetas preenchidas nas OPP. As prioridades estão destacadas em cinza.

**Painel 1: Análise da Situação Atual da APA da BR SB – OPP Urbana - Suporte Administrativo**

<b>Suporte Administrativo (2 escolhas para priorização)</b>		
<b>Fragilidades</b>	<b>Nº Escolhas</b>	<b>Potencialidades</b>
Processo de fiscalização não eficaz	6	Compensação ambiental com o instrumento de gestão
Descontinuidade de projetos nas mudanças de governo	5	Possibilidade de regularização pode melhorar o suporte administrativo
Equipe técnica do órgão gestor voltada para várias UCs e não para APA	4	Legislação ambiental robusta
Pessoal insuficiente para fiscalização	2	Existência de vários órgãos do GDF com equipes qualificadas com possibilidade de integração
Atribuição da fiscalização restrita a uma carreira do DF	1	
A falta de infraestrutura ou sede dificulta a acessibilidade da população e a identificação de uma gestão da APA	1	
Dificuldade de ação conjunta pelas administrações regionais integrantes da APA (Planaltina, São Sebastião, Paranoá e Sobradinho, Lago Sul, Jardim Botânico e Itapoã)	0	
SDUC que protege ocupação irregular de populações residentes na UC	0	
Ibram não tem procedimentos para a criação de RPPN	0	

Painel 2: Análise da Situação Atual da APA da BRSB – OPP Urbana - Gestão Participativa

<b>Gestão Participativa (1 escolha para priorização)</b>		
<b>Fragilidades</b>	<b>Nº. Escolhas</b>	<b>Potencialidades</b>
Pouco conhecimento da sociedade sobre a APA e sua influência no seu cotidiano	3	Tamanho da população (expressivo)
Descrença da população em processo de planejamento e gestão participativa	3	Articulação com administrações regionais, outros órgãos e representações da sociedade para alcance dos objetivos
Pouco interesse da sociedade	2	Há várias Ongs atuantes na área (Funatura)
Instituições e entidades sem um fórum de integração das ações sobre a APA	1	Existência de associações de moradores e de produtores rurais com desejo de participação
Pouca organização da sociedade em torno de interesses específicos que envolvem a gestão da APA	0	Iniciativas como o projeto de recuperação do Rio São Bartolomeu, financiados pelo BB (milhares de mudas)

**Painel 3: Análise da Situação Atual da APA da BRSSB – OPP Urbana - Uso do Solo e Conservação da Natureza**

<b>Uso do Solo e Conservação da Natureza (2 escolhas para priorização)</b>		
<b>Fragilidades</b>	<b>Nº. Escolhas</b>	<b>Potencialidades</b>
Conflitos entre PDOT e zoneamento da APA	6	Muitas áreas privadas com possibilidades de constituírem RPPN
Avanço de parcelamentos urbanos sobre as áreas de alta sensibilidade ambiental	5	Existência de alta diversidade de ecossistemas
Houve uma ocupação relativamente desordenada	4	Grande beleza cênica
Parques ecológicos invadidos, abandonados, sem infraestrutura	3	Possibilidade de desenvolvimento de esportes radicais (ex: canoagem, trilhas, ciclismo)
Ocupação irregular do solo	1	PDOT concluído e aprovado (definido o uso do solo)
Necessidade de validação de poligonais de UC	1	Função de corredor ecológico da APA do Rio São Bartolomeu na reserva da biosfera do cerrado
Áreas com grande declividade (susceptibilidade à erosão)	0	Existência dos atributos naturais
Construção em áreas de risco ou com restrições	0	Muitas áreas conservadas
Variação alta do relevo causando usos muito diferenciados e consequentemente interesses muito divergentes	0	Possibilidade de expansão de atividade econômica com viés de conservação
Problema de infraestrutura e serviços públicos	0	Grande demanda habitacional em todas as faixas de renda
		Rio São Bartolomeu com potencial para o abastecimento público
		Elaboração do plano de manejo que se sobrepõe ao PDOT

Painel 4: Análise da Situação Atual da APA da BRSB – OPP Urbana - Pesquisa Científica e Educação Ambiental.

<b>Pesquisa Científica e Educação Ambiental (1 escolha para priorização)</b>		
<b>Fragilidades</b>	<b>Nº. Escolhas</b>	<b>Potencialidades</b>
Baixo nível de informação da população	5	Rica cultura regional
Pessoal insuficiente para desenvolvimento de pesquisa e educação ambiental	2	Linhas de pesquisa tanto para biodiversidade, licenciamento de atividades rurais, e impactos provocados pela ocupação urbana. Ibram, UNB e UCB
População muito alta a ser atingida com educação ambiental	2	Ecoturismo e turismo de aventura (Rio São Bartolomeu, cavernas, estrada colonial)
Pesquisa científica não aplicada às ações de gestão e planejamento da APA	2	Pesquisas realizadas pela Embrapa
Educação ambiental restrita às escolas ignorando os moradores da APA	0	Existência de universidades de alto nível
		Participação de vários órgãos no projeto do São Bartolomeu vivo e no Pipiripau (produtor de água)
		Programa de educação ambiental como condicionante

**Painel 5: Análise da Situação Atual da APA da BRSB -- OPP Urbana - Desenvolvimento Urbano.**

<b>Desenvolvimento Urbano (3 escolhas para priorização)</b>		
<b>Fragilidades</b>	<b>Nº. Escolhas</b>	<b>Potencialidades</b>
Alta demanda e baixa oferta habitacional regular	7	Forte demanda habitacional
Alta demanda e pouca oferta habitacional provocaram ocupação irregular na APA	4	Chegada no mercado imobiliário do DF de empresas sérias
Políticas públicas habitacionais ineficazes e ineficientes nas últimas décadas	3	Maior disponibilidade de recursos tecnológicos para construção sustentável
Sistema viário e de transporte urbano deficientes em função da ocupação desordenada	3	Utilização do SIG (Sistemas de Informações Geográficas) existente na SEDHAB a fim de auxiliar na tomada de decisão tanto no desenvolvimento urbano quanto na regularização
Parcelamento urbano isolado com necessidade de tratamento integrado em setores habitacionais	3	Política habitacional melhor definida (PMCMV)
Saneamento básico e ambiental precário	3	Instrumentos mais aprimorados para estudos e projetos (software, sistemas, etc)
PDOT em conflito com as fragilidades ambientais	2	Oferta de novas áreas habitacionais
Impunidade para grileiros de terra	2	PDOT aprovado
Incremento anual alto da população urbana	1	Ocupação urbana em áreas restritas da APA de acordo com o zoneamento ambiental
Drenagem urbana inadequada causadora de erosão e sedimentação nos cursos d'água	1	
Ocupações regulares e irregulares provocando degradação ambiental	0	
Malha de transporte não acompanha a expansão e o aumento da população	0	
Necessidade de construção/implementação e equipamentos para atender a crescente população	0	
Ocupação de APP de rio de nascente de declividade de vereda	0	

Painel 6: Análise da Situação Atual da APA da BRSB – OPP Urbana - Regularização Fundiária.

<b>Regularização Fundiária (3 escolhas para priorização)</b>		
<b>Fragilidades</b>	<b>Nº Escolhas</b>	<b>Potencialidades</b>
Pouca integração entre órgão de governo para solução do problema Ibram, SEDHAB, Grupar, ICMBio, MPDFT e outros	7	Questões fundiárias melhor definidas
Ocupação irregular do solo	6	Existência de vara de situação fundiária e meio ambiente
Insegurança na dominialidade da terra – áreas desapropriadas em comum	6	Regularização fundiária efetivada como base da ocupação ordenada do solo
Demora na definição de dominialidade de terras (pública x privada)	6	Existência de instrumentos mais simples e rápidos para regularização (leis, normas, provimentos)
Fiscalização ineficaz e ineficiente	2	Existência de legislação federal e distrital sobre o assunto
Regularização de áreas em função do fato consumado e não em função de conveniência urbanística e ambiental	1	Aprovação do estatuto da cidade para nortear a ocupação e a regularização fundiária
Existência de muitas áreas ocupadas irregularmente	1	Atuação integrada dos: INCRA, Terracap, Ibram, Cartórios
Especulação imobiliária	0	Infraestrutura pode ser instalada minimizando impactos ambientais principalmente saneamento garantindo qualidade da água
Dominialidade da terra em litígio	0	Instalação de infraestrutura como escolas, postos de saúde, postos policiais, etc.
Diminuição das áreas rurais em decorrente perda de verdes de remanescentes nascentes	0	Disponibilidade de áreas não ocupadas possibilita o planejamento prévio antes da implantação do empreendimento
Saturação dos equipamentos de infraestrutura (redes macro) e consequente ineficiência da finalidade de reeducação	0	
SDUC favorecendo ocupações irregulares em UC	0	

## 5.2. Análise da Situação Atual da APA: Fragilidades e Potencialidades – OPP Rural

Com base no mesmo enunciado da situação atual da APA BRSB para o público urbano, os participantes se dividiram em grupos para discutir sobre os seguintes temas:

- Suporte Administrativo;
- Gestão Participativa;
- Uso do Solo;
- Conservação da Natureza;
- Pesquisa Científica;
- Educação Ambiental;
- Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Regularização Fundiária.

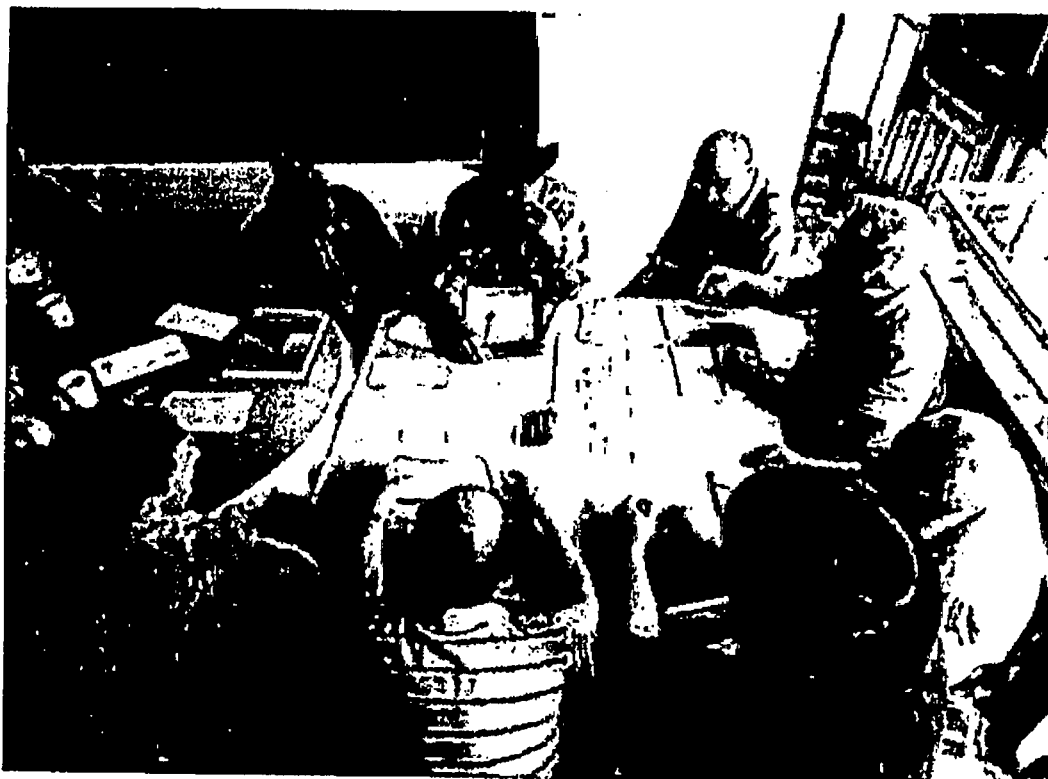


Figura 13 - Trabalho em Grupos: Participantes preenchendo painel Análise da Situação Atual - OPP Rural.

Os painéis a seguir apresentam os resultados da reflexão realizada, com destaque, em cinza, das fragilidades priorizadas pelos participantes:

**Painel 7: Análise da Situação Atual da APA da BRSB – OPP Rural - Suporte Administrativo**

<b>Suporte Administrativo (3 escolhas para priorização)</b>		
<b>Fragilidades</b>	<b>Nº. Escolhas</b>	<b>Potencialidades</b>
Insegurança jurídica entre os dois primeiros zoneamentos	9	Proximidade entre a APA e a sede do Ibram
Recursos humanos e financeiros insuficiente para a gestão ambiental	9	Possibilidade de acesso em toda APA
Corpo técnico da fiscalização insuficiente e não qualificado	7	Existência de escolas rurais na APA
Fiscalização ineficaz e ineficiente	6	UCs existentes na APA
Insegurança entre os limites das zonas da Lei 1149/96 e IN 02/88	3	Áreas potenciais para a criação de novas UCs
Mobilidade rural precária	3	Assistência Técnica e Extensão Rural qualificada (Emater)
Os núcleos de meio ambiente parques não dispõem de recursos material e pessoal	2	
A estrutura de gestão atual do Ibram não atende à APA em sua extensão	2	
Integração entre as várias RAs fraca	1	
Limites entre RAs indefinidos	1	
Atividade de fiscalização é privativa de uma carreira (auditor Fiscal ambiental)	0	
Servidores do Ibram cuidam de várias unidades de conservação	0	
Foco da Copar/Ibram somente na implementação de parques ecológicos	0	

Painel 8: Análise da Situação Atual da APA da BRBSB – OPP Rural - Gestão Participativa

<b>Gestão Participativa (2 escolhas para priorização)</b>		
<b>Fragilidades</b>	<b>Nº Escolhas</b>	<b>Potencialidades</b>
Conselho da APA não foi criado	12	Existência de conselhos de Segurança Rural e o de Desenvolvimento Sustentável
Não integração entre as instituições (governamental e sociedade civil).	7	Grande número de organizações representativas (associações de produtores, moradores, etc)
Desconhecimento das leis e normas ambientais	7	Adequada densidade demográfica da população rural (é baixa)
Comitê da Bacia São Bartolomeu inexistente	2	Existência de população é jovem até 29 anos
Descrença da população nos processos participativos	2	Presença de instituições de pesquisa e ensino
Efetividade na implantação das propostas ambientais	0	

**Painel 9: Análise da Situação Atual da APA da BRSSB – OPP Rural - Uso do solo**

<b>Uso do solo (3 escolhas para priorização)</b>		
<b>Fragilidades</b>	<b>Nº. Escolhas</b>	<b>Potencialidades</b>
Conflito das atividades existentes com o zoneamento	10	Possibilidade de exploração de atividade intensiva
Uso de base de dados diferentes entre os órgãos do GDF	9	Vale do São Bartolomeu com função de Reserva da Biosfera
Incoerência da legislação ambiental para mitigação de impactos ambientais	7	Mercado consumidor próximo
Indefinição das poligonais das áreas protegidas	5	Políticas públicas de apoio à agricultura familiar
Ocupação irregular e em desacordo com o zoneamento	4	Módulo rural ligado ao desenvolvimento econômico da atividade
Indefinição das possibilidades de exploração econômica (suínos e aves)	3	
Lei Ambiental inadequadas (Proflora – Lei nº 2.236/99)	1	
Conflito da legislação APA e PDOT	1	
Interesse conflitante entre os órgãos públicos	1	
Indefinição quanto a área destinada ao lago do São Bartolomeu (captação)	0	
Limitações topográficas, devido ao relevo	0	
Risco de contaminação do solo e de recursos hídricos por esgoto e lixo	0	

**Painel 10: Análise da Situação Atual da APA da BR SB – OPP Rural - Conservação da Natureza**

<b>Conservação da Natureza (2 escolhas para priorização)</b>		
<b>Fragilidades</b>	<b>Nº. Escolhas</b>	<b>Potencialidades</b>
Parcelamentos irregulares (rurais e urbanos)	13	Potencial natural para turismo ecológico, rural e cultural
Descumprimento do zoneamento ambiental	8	Existência de UC (ESECÁE, ARIE Mato Grande e Parque do Pequizeiro)
Fiscalização ineficiente	3	Potencial para compor corredor ecológico da RBC Reserva de Biosfera do Cerrado
Destinação incorreta dos lixos	2	
Problema de degradação em áreas de APP na APA	2	
Assoreamento nos córregos	1	
Margens de córregos não protegidas por matas ciliares	0	
Desconhecimento das espécies vegetais ameaçadas	0	
Aumento das espécies animais e vegetais exóticas e invasoras na área	0	

**Painel 11: Análise da Situação Atual da APA da BRSB – OPP Rural - Pesquisa Científica**

<b>Pesquisa Científica (2 escolhas para priorização)</b>		
<b>Fragilidades</b>	<b>Nº. Escolhas</b>	<b>Potencialidades</b>
Corpo técnico-científico insuficiente e sem estímulo institucional para a realização de pesquisa/estudo no Ibram	7	Território razoavelmente bem conhecido
Informações de resultados de pesquisa dispersas e desorganizadas	7	Existência de recursos financeiros na Embrapa, Fundação Banco do Brasil, Ibram, etc.
Insegurança para realização de pesquisa na APA	3	Presença de universidade e outras instituições de pesquisa
Insuficiência de estudos do impacto da fragmentação nas populações animais e vegetais	1	
Burocracia (demora) para obtenção de autorização de pesquisa nas UCs	1	
Existência de lacunas de conhecimento	0	

**Painel 12: Análise da Situação Atual da APA da BRSB – OPP Rural - Educação Ambiental**

<b>Educação Ambiental (2 escolhas para priorização)</b>		
<b>Fragilidades</b>	<b>Nº. Escolhas</b>	<b>Potencialidades</b>
Desconhecimento da população sobre as normas que incidem sobre a área	9	Projeto "Rio São Bartolomeu Vivo" em execução
Campanhas educativas pouco expressivas na questão ambiental	9	Programa de reabilitação ambiental da área do DF existente
Utilização de fossas negras	6	Rede escolar pública e provada disponível
Currículo das escolas rurais não adequado à realidade	4	Existência de UC onde pode haver visitação/Educação Ambiental
Valores pessoais acima de valores coletivos ambientais	2	Projeto Produtor de Água Pipiripau em execução
Uso inadequado do fogo (lixo e aceiro)	1	Rede de extensão rural instalada e organizada
Recursos humanos e estruturas insuficientes e não qualificadas nas RCs da APA (Ibram)	1	ONGs qualificadas com atuação no local
Pouca capacitação e apoio à prevenção e combate aos incêndios florestais	1	
Desconhecimento por parte da população em relação a diretrizes/importância da APA	1	
Cultura local fragilizada que gera falta de identificação com o território	0	
Gerência de educação ambiental em unidade de conservação existe no Ibram, mas não foi implementada	0	

**Painel 13: Análise da Situação Atual da APA da BRSB – OPP Rural - Regularização Fundiária**

<b>Regularização Fundiária (2 escolhas para priorização)</b>		
<b>Fragilidades</b>	<b>Nº. Escolhas</b>	<b>Potencialidades</b>
Indefinição da situação fundiária	10	Criação da diretoria de legalização fundiária na Terracap
Estrutura fundiária do DF favorece o desenvolvimento urbano (2 ha)	8	Garantia jurídica para organização da produção rural (Pus e financiamento)
Pressão imobiliária X viabilidade econômica rural	7	Modelo de concessão como mecanismo de organização da produção e manutenção das áreas rurais
Fragilidade patrimonial na legalização (contratos)	3	Competência e agilidade da SEAGRI GDF
Titulação utilizada para especulação	0	Bom atendimento aos interessados


**Figura 14: Trabalho em Plenária: Participantes preenchendo painel Análise da Situação Atual - OPP Rural.**

Painel 14: Análise da Situação Atual da APA da BR SB – OPP Rural - Desenvolvimento Rural Sustentável.

<b>Desenvolvimento Rural Sustentável (2 escolhas para priorização)</b>		
<b>Fragilidades</b>	<b>Nº. Escolhas</b>	<b>Potencialidades</b>
Contaminação de lençol freático e dos recursos hídricos por esgoto doméstico e lixo	10	Atributos ambientais importantes para o turismo rural e ecoturismo
Indefinição das atividades intensivas tais como avicultura, suinocultura, piscicultura e outras	7	Democratização das decisões governamentais (participação social)
Fraca estrutura dos conselhos rurais	6	Potencial para abastecimento público
Desentrosamento dos atores no processo DRS – desenvolvimento rural sustentável	6	Fomento aos sistemas agroecológicos
Perfuração irregular de poços	4	Existência do PDOT
Baixa vazão dos cursos d'água para abastecimento e diluição de efluentes	4	Boa tecnologia – EMATER
Excesso de burocracia nas questões de crédito	3	Existência de extensionismo rural atuante
Uso do pivô central com uso intensivo da água e uso de tecnologia inadequada	1	Acesso às informações governamentais
Área rural utilizada para produção voltada à exportação e não consumo local – não houve consenso neste ponto!	1	Conservação de grandes áreas através do projeto Proflora
Manejo inadequado do solo	0	
Uso inadequado de agrotóxicos em área de proteção ambiental	0	

### 5.3. ZONEAMENTO AMBIENTAL

Em continuidade aos trabalhos das oficinas, os grupos procederam à análise da destinação a ser dada às diferentes áreas, com o objetivo de realizar o mapeamento do tipo de destinação desejado na APA e estabelecer orientações para construção de um zoneamento prévio. Foram utilizados os critérios de zoneamento sugeridos pela Consultora e discutidos com os participantes, de modo a obter comentários e sugestões para o aprimoramento das propostas. A atividade teve como foco o detalhamento dos elementos do plano de manejo, identificando resultados, ações e parcerias possíveis. Desta vez, os grupos se nortearam pelas seguintes perguntas orientadoras:

<b>Pergunta 3:</b> <i>Que tipo de destinação deve ser dada às diferentes áreas socioambientais homogêneas?</i>
<b>Pergunta 4:</b> <i>Quais áreas devem ser consideradas como estratégicas dentro das áreas socioambientais homogêneas?</i>
<b>Pergunta 5:</b> <i>Que tipo de diretrizes devem nortear o uso nas diferentes ASAH (intensidade de uso)?</i>
<b>Pergunta 6:</b> <i>Quais são as recomendações, as restrições a ressaltar e a vocação das diferentes ASAH?</i>
<b>Pergunta 7:</b> <i>Quais são as outras considerações a serem feitas? (Ex: mudança de enquadramento da categoria da ASAH ou destinação)</i>

#### Zoneamento Ambiental: Destinação sugerida na OPP Urbana

Para a análise das Áreas Socioambientais Homogêneas (ASAH), os participantes da OPP Urbana utilizaram diferentes mapas, conforme figura abaixo. O resultado da análise é apresentado no Painel 15:

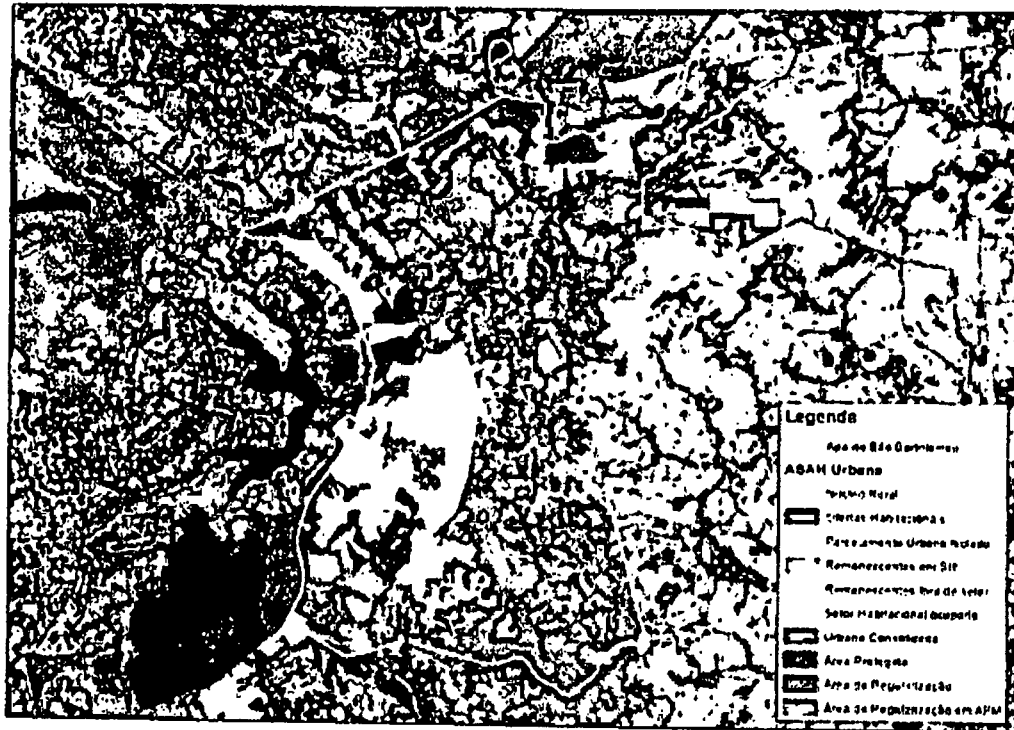


Figura 15: ASAH Agrupadas - OPP Urbana



Figura 16 - Trabalho em Grupo: Participantes preenchendo painel Análise da Destinação para as Diferentes Áreas - OPP Urbana.



Figura 17 - Trabalho em Grupo: Participantes preenchendo painel Análise da Destinação para as Diferentes Áreas - OPP Urbana.

Painel 15: Análise da Destinação para as Diferentes Áreas - OPP Urbana.

ASAH AGRUPADAS	MACRO ÁREAS	INTENSIDADE DE USO	RECOMENDAÇÕES/ RESTRIÇÕES**	OBSERVAÇÕES
	Ocupação dirigida	Permeabilidade*	VOCAÇÃO	
	Preservação/Conservação	Tipos de uso		
<b>ÁREAS DE REGULARIZAÇÃO</b>	Ocupação dirigida	Permeabilidade baixa  Intensidade média/baixa	Zona de ocupação especial	Proteção APP  Área de infiltração  Implantação drenagem pluvial  Estudo de grotas  Práticas sustentáveis
<b>ÁREAS PROTEGIDAS</b>	Preservação e conservação	Permeabilidade alta  Sem uso quando for UC ou área de proteção integral  Baixa intensidade (ARIE e APM)	Zona de vida silvestre	Não pode haver novos parcelamentos dos planos de manejo
<b>NÚCLEO RURAL</b>	Ocupação dirigida	Baixa intensidade rural – proibir uso industrial	Zona de ocupação especial	□

<b>OFERTAS HABITACIONAIS</b>	Ocupação dirigida	Permeabilidade média	Zona de ocupação especial	Proteção APP
		Intensidade média a baixa (considerar coeficiente do PDOT)		Área de infiltração
<b>OCUPAÇÃO CONSOLIDADA</b>	Ocupação dirigida	Permeabilidade baixa	Zona de ocupação consolidada	Implantação drenagem pluvial
		Ocupação alta		Estudo de grótas
<b>PARCELAMENTO URBANO ISOLADO</b>	Ocupação dirigida	Permeabilidade alta	Zona de ocupação especial	Práticas sustentáveis
<b>SETOR HABITACIONAL OCUPADO</b>	Ocupação dirigida	Permeabilidade baixa	Zona de ocupação especial	Restringir as ocupações poligonais publicadas
<b>REMANESCENTES EM SETOR HABITACIONAL</b>	Ocupação dirigida	Uso médio baixa intensidade	Zona de ocupação especial	Possibilidade de inclusão das zonas de vida silvestre nos percentuais de projetos

				urbanísticos como área verde
<b>REMANESCENTE FORA DE SETOR</b>	Ocupação dirigida	Permeabilidade alta (1): ZCU e média (2): ZUUC	Zona de ocupação especial	Possibilidade de inclusão das zonas de vida silvestre nos percentuais de projetos urbanísticos, como área verde
		Intensidade média/baixa	Conservação de vida silvestre	
<b>ÁREA DE REGULARIZAÇÃO EM APM</b>	Ocupação dirigida	Permeabilidade alta  Intensidade média/baixa	Zona de ocupação especial	Em áreas rurais não usar defensivos químicos  Restringir as ocupações poligonais publicadas  Proteção APP  Área de Infiltração  Implantação de drenagem pluvial  Estudo de grotas  Práticas sustentáveis

\*Critério de percentual de permeabilidade válida para todas as áreas: Permeabilidade: Alta: > 50%; Média: 15% a 30%; Baixa: <15%.

\*\*Nomenclaturas utilizadas na discussão do Painel 15 como proposição para o zoneamento (com base na nomenclatura do Plano de Manejo da APA do Lago Paranoá):

### 1. Zona de vida silvestre

1.1 Subzona de preservação da vida silvestre

1.2 Subzona de conservação da vida silvestre

2. Zona de ocupação especial de interesse ambiental

3. Zona de ocupação consolidada

Zoneamento Interno: Destinação sugerida na OPP Rural, com base nas ASAH rurais.

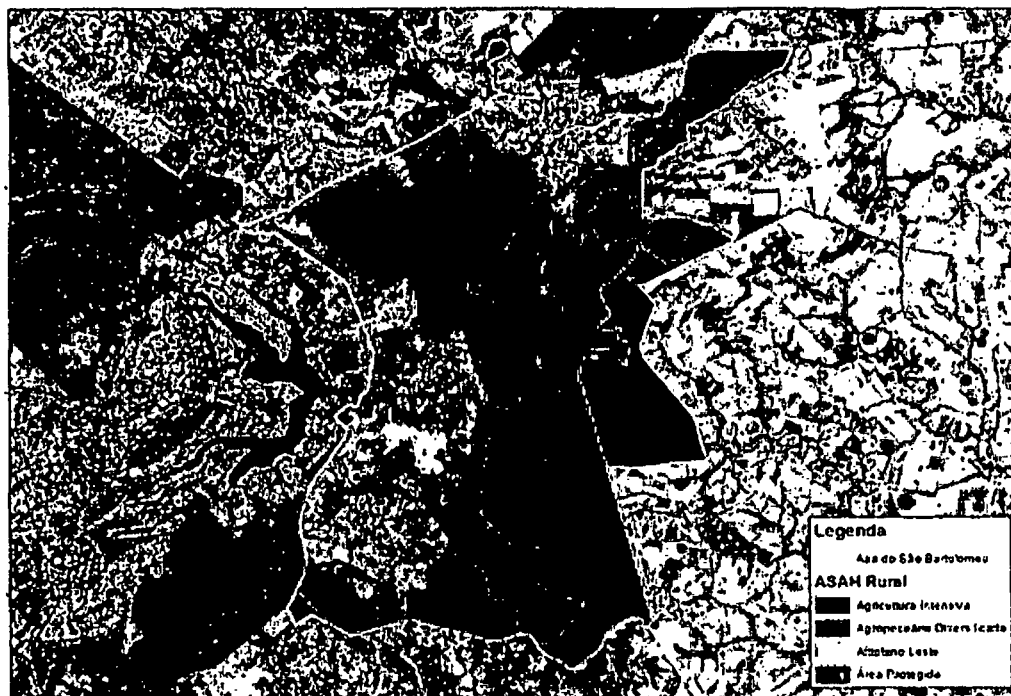


Figura 18 - Mapa ASAH Agrupadas - OPP Rural.

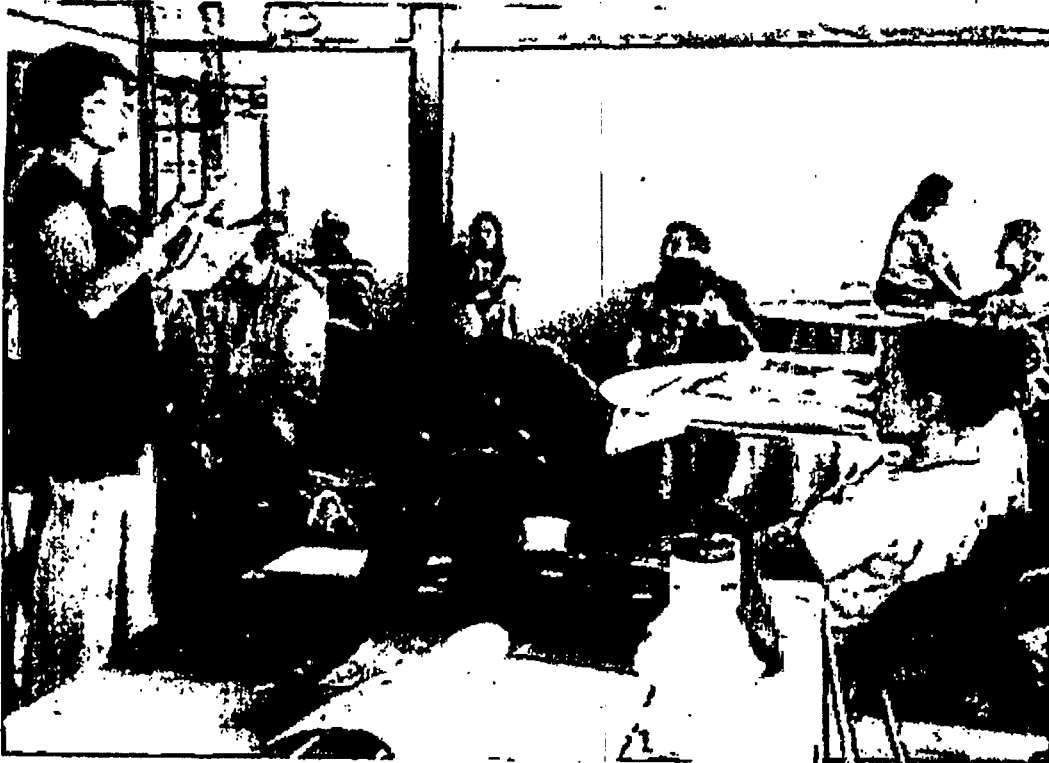


Figura 19 - Trabalho em Grupo: Participantes preenchendo painel Análise da Destinação para as Diferentes Áreas - OPP Rural.

Para a análise das Áreas Sociambientais Homogêneas (ASAH), os participantes da OPP Rural também utilizaram diferentes mapas, conforme figura acima. O resultado da análise está organizado no painel 16.

Painel 16: Análise da Destinação para as Diferentes Áreas - OPP Rural.

ASAH AGRUPADAS	MACRO ÁREAS	INTENSIDADE DE USO	RECOMENDAÇÕES/RESTRIÇÕES/	OBSERVAÇÕES
	Ocupação dirigida	Impermeabilização	VOCAÇÃO	
	Preservação/Conservação	Tamanho de área Geração de Efluentes		
Áreas Protegidas: APM	Ocupação dirigida	Baixa intensidade, não pode haver lançamento de efluentes sem tratamento, o qual deve ser licenciado	APMs seriam uma nova zona (Z. de Proteção Mananciais), (ZPM1 e ZPM2) APM como corredor ecológico da Reserva Biosfera do Cerrado (em especial APM São Bartolomeu)	PDOT faz diferenciação entre as diretrizes da APM
Áreas Protegidas: UC de Proteção Integral	Preservação/conservação	Baixa intensidade, sem lançamento de efluentes para as UCs em geral	Criação/definição de uma zona de corredor ecológico	
Áreas Protegidas: UC de uso sustentável			UC de Proteção integral seria ZPVS (Zona de Preservação de vida Silvestre); Criação/definição de uma zona de corredor ecológico UC de uso sustentável seriam ZCVS (Zona de conservação de vida silvestre)	
Altiplano Leste	Ocupação dirigida	Obrigatória fossa séptica	Inserir o Euler Paranhos junto ao Altiplano Leste (2 ver marcação em mapa)	

		O lançamento de efluentes depende do licenciamento ambiental	Impermeabilização máxima 20%	
Euler Paranhos	Ocupação dirigida	Módulo mínimo 2 ha		
Área de Agricultura Intensiva	Ocupação dirigida	Impermeabilização baixa e gradativa em relação ao tamanho	Permitido Suinocultura e aviculturas desde que dentro das normas técnicas e ambientais (Dependendo do licenciamento da atividade)	Área destinada à preservação/conservação (ver marcação no mapa)
		Taxas de impermeabilização:	Permitido mineração dentro das normas técnicas dependendo do licenciamento da atividade	
		2 a 20 ha: 20%	Garantir a infiltração/detenção da água pluvial das áreas impermeabilizadas	
		20 a 50 ha 15%	Garantir o lançamento de efluentes em qualidade igual ou melhor do que o corpo receptor com licença ambiental	
		50 a 150 ha 12,5%	Elaboração de projetos técnicos para tratamento de efluentes com base em preceitos técnicos	
		> 150% = 10%	Destinar as áreas de alta e média importância na hierarquização de fragmentos para proteção/conservação	

		Dependendo do licenciamento da atividade	Possibilitar a implantação de abatedouros e curtumes de pequenos e médios animais, dependendo do licenciamento ambiental da atividade. Animais: caprinos, ovinos, coelhos, peixes, aves  Módulo mínimo 2 ha
Agropecuária Diversificada	Ocupação dirigida		O tamanho da propriedade no parcelamento do solo, depende da atividade que poderá ser desenvolvida após o licenciamento (Não houve consenso dos participantes).

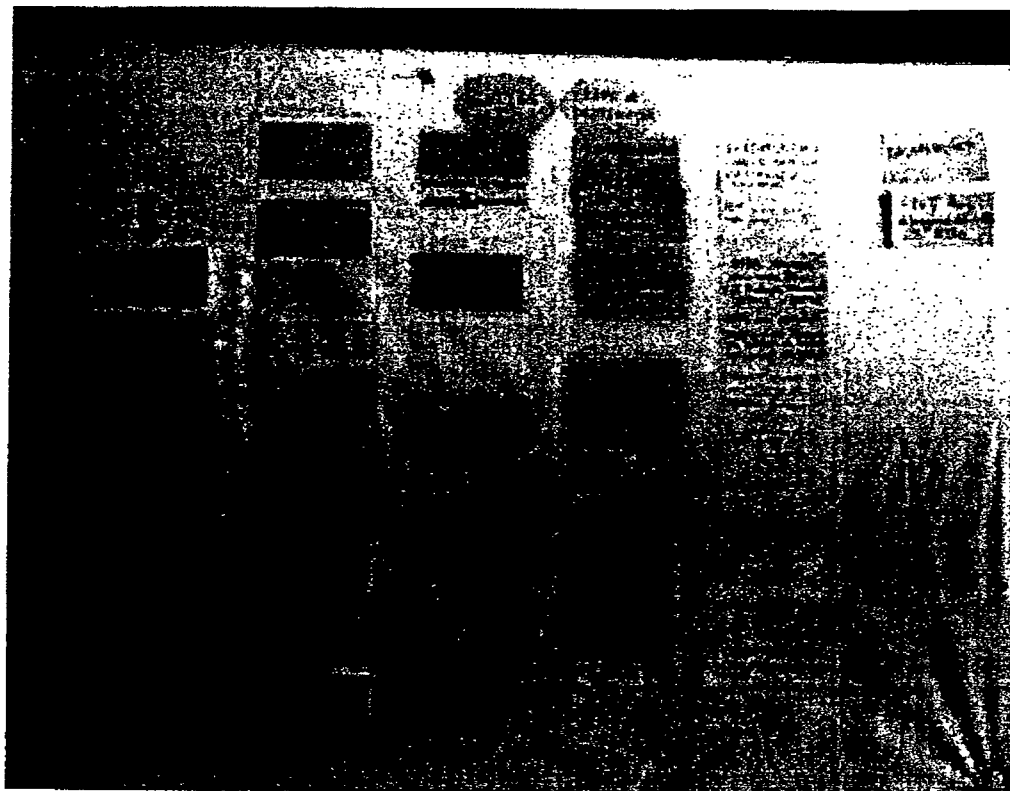


Figura 20 - Imagem do Painel Análise da Destinação para as Diferentes Áreas - OPP Urbana.

#### 5.4. Cenário Desejado: Detalhamento dos Elementos para o Plano de Manejo - OPP Urbana

Como último trabalho propositivo, os participantes estabeleceram o cenário futuro desejado resumido num enunciado que se constituirá no Objetivo do Plano de Manejo:

**Conservar os recursos naturais e regular o uso e a ocupação do solo, por meio de gestão e ação consorciada entre órgãos afins e a sociedade civil.**



Figura 21 - Trabalho em Plenária - Detalhamento do Plano de Manejo - OPP Urbana

Para o alcance desse objetivo, diferentes resultados foram elaborados a partir das fragilidades priorizadas. Como meio para a sua efetivação, atividades foram estabelecidas, bem como a cooperação institucional e comunitária necessária e o potencial de apoio de cada agente governamental e ator social envolvido.

Os participantes da OPP-URBANA chegaram às seguintes proposições:

Painel 17: Detalhamento do Plano de Manejo - OPP Urbana

	RESULTADO	ATIVIDADES NECESSÁRIAS	COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIA	POTENCIAL DE APOIO (RECURSOS)
			(RESPONSABILIDADE)	
<b>SUORTE ADMINISTRATIVO</b>	<b>R1 - Processo de fiscalização eficaz</b>	Formar equipe técnica específica para APA	Ibram, Agefis, Polícia Militar Ambiental, Seops, Terracap, Ibama, Caesb, associações de moradores, síndicos dos condomínios, associação de produtores rurais, Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável	Pessoal para fiscalização, equipamentos, apoio logístico e operacional
		Contratar e capacitar mais pessoal para fiscalização		
		Fazer gestões para incorporar atividade de fiscalização a outras carreiras (PM's, Ibram, etc)	Ibram, SEMARH	
		Implantar sede própria para administração da APA		
		Articular e integrar as diversas administrações regionais na gestão da APA		
		Proceder a sistematização e compartilhamento de documentos técnicos, rotina		
		Organizar dados e informações oficiais		
	<b>R2- Preservação da memória técnica e</b>	Promover a revisão e a regulamentação do SDUC		

	continuidade das ações de governo	Planejar e controlar o uso e ocupação do solo	Órgãos distritais e federais de planejamento e gestão territorial	
		Implantar infraestrutura para uso dos parques		
	<b>R3 - Compatibilização de vários instrumentos de planejamento com o zoneamento da APA</b>			
<b>GESTÃO PARTICIPATIVA</b>	<b>R4 - Inclusão da população no processo de planejamento com a gestão da APA</b>	Realizar campanha de informação e educação da população sobre o planejamento e gestão da APA	Entidades envolvidas na educação ambiental	
		Criar Conselho Consultivo da APA	Ibram, SEMARH, SEDHAB, associações	
<b>USO DO SOLO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA</b>	<b>R5 - Áreas de alta sensibilidade ambiental preservadas e conservadas</b>	Definir diretrizes de uso e ocupação para áreas de risco ou grande declividade	Órgãos distritais e federais de fiscalização	
		Oficializar e validar as poligonais das UCs		
		Definir procedimentos, pelo Ibram, para a criação de RPPN's e outras unidades de conservação		
<b>PESQUISA CIENTÍFICA</b>	<b>R6 - Pesquisa científica aplicada às ações de planejamento e gestão da APA</b>	Definir linhas de pesquisa de interesse da APA para priorização de financiamento	Instituições de pesquisa: UNB, UCB, Embrapa, CEUB, ETFB, Ibram, Secretaria de Ciência e Tecnologia, Ibram	Fundo Único do Meio Ambiente, Fundo de Apoio a Pesquisa
		Aplicar os resultados das pesquisas científicas nas ações de planejamento e	Ibram, Terracap, SEDAHB, empresas da	

		gestão da APA	construção civil, empreendedores	
<b>EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>	<b>R7 - População informada, conscientizada e atuante</b>	Divulgar o plano de manejo da APA junto aos moradores	Coordenação de Educação Ambiental do Ibram	Associações da construção civil, Asbraco, Ademi, Sinduscon, SEDAHB e outras
		Promover educação ambiental aos moradores e trabalhadores da construção civil na área da APA	Coordenação de Educação Ambiental do Ibram, Regional de ensino, RAs, Associação de condomínios	
			Associação da construção civil, Asbraco, Ademi, Sinduscon, SEDAHB e outras	
		Criar e implementar um programa de Educação Ambiental Específico	Coordenação de Educação Ambiental do Ibram, Administrações Regionais de Ensino, RAs	Cursos Profissionalizantes e educação ambiental
<b>DESENVOLVIMENTO URBANO</b>	<b>R8 - Ofertas habitacionais previstas no zoneamento</b>	Prever áreas para atender a demanda habitacional no zoneamento		
		Prever a participação dos órgãos envolvidos no licenciamento no Conselho Consultivo		
		Criar infraestrutura e serviços públicos nos setores habitacionais em áreas novas	Ibram (plano de manejo)	
<b>R9 - Infraestrutura sustentável instalada em área nova</b>		Empreendedores públicos e privados		
<b>REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA</b>	<b>R10 - ARINES e ARIS regularizadas</b>	Prever diretrizes para as áreas de regularização	Ibram (plano de manejo)	Grupar

		Prever a participação do Grupar no Conselho Consultivo	Codeplan, SEDHAB, Terracap, CEB, Caesb, Novacap, Ibram	
		Implementar projetos de infraestrutura e serviços públicos	Área pública: Estado	
	<b>R11 – Infraestrutura sustentável instalada em área ocupada</b>		Área privada: empreendedores	

### 5.5. Cenário Desejado: Detalhamento dos Elementos para o Plano de Manejo - OPP Rural

Seguindo o mesmo procedimento metodológico da OPP URBANA, os participantes da OPP-RURAL contribuíram com as seguintes proposições:

Painel 18: Detalhamento dos Elementos do Plano de Manejo - OPP Rural

	<b>RESULTADOS</b>	<b>ATIVIDADES NECESSÁRIAS</b>	<b>COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL / COMUNITÁRIA/ POTENCIAL DE APOIO</b>	<b>RESPONSABILIDADE</b>
<b>SUPORTE ADMINISTRATIVO</b>	<b>R1 - Corpo técnico suficiente</b>	Realizar concurso público	SEMARH, Casa Civil, SEAP	IBRAM/RH
	<b>R2 - Corpo técnico qualificado.</b>	Promover qualificação dos servidores	Instituições parceiras: UNB, Embrapa, Emater, Escola de Governo	IBRAM/(RH e Uplan)
		Nomear equipe permanente responsável pela implementação e regularização do plano de manejo		
	<b>R3 - Fiscalização eficaz e eficiente</b>	Aumentar a quantidade de fiscais	Batalhão Ambiental, Agefis, SEOPS, Defesa Civil, Seagri, Corpo de Bombeiros	IBRAM
		Ampliar a competência de fiscalização para outras carreiras	Governo e Câmara Legislativa	IBRAM/RH, SEMARH
	<b>R4 - IBRAM articulado com as Regiões Administrativas.</b>	Elaborar plano de gestão integrada de UC nas RAs	RAs	Sugap/IBRAM
<b>R5 - Segurança jurídica do novo zoneamento</b>	Finalizar o plano de manejo e elaborar o projeto de lei	SEAGRI, Emater, SEDHAB, Caesb, Adasa, e outros	Geo Lógica, IBRAM	

	<b>R6 - Extensão Ambiental</b> implementada nas UCs da APA	Implantar núcleo de Extensão Rural	IBRAM, RA's, Polícia, Defesa Civil, CDRS, SEAGRI, Emater, ONG	IBRAM
<b>GESTÃO PARTICIPATIVA</b>	<b>R7 - Sociedade civil,</b> instituições governamentais integrantes e atuantes	Formar o conselho e nomear os conselheiros	Órgãos do GDF, Governo Federal e da Sociedade Civil Organizada, Ministério Público Comunidade da APA e conselho Rural e Sustentável	SEAMRH/Presidência
		Monitorar a implementação do plano de manejo	Equipe gestora do PM, RAs CDRS e Ongs	Sugap
	<b>R8 - Leis e normas</b> ambientais divulgadas e aprovadas pela sociedade	Divulgar o plano de manejo	Conselho da APA BRSB	Semarh/Sugap/Ibram
<b>EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>	<b>R9 - Programa de</b> educação ambiental elaborado e implementado	Elaborar e implementar o programa de Educação Ambiental	Regional de Ensino, Ong, Associações	CODEA/SUPEM/IBRAM
<b>PESQUISA CIENTÍFICA</b>	<b>R10 - Linha de pesquisa</b> científica definida e fomentada	Identificar lacunas do conhecimento	Instituições de Ensino e Pesquisa, Instituições de fomento (FAP-DF, CNPq, Capes, Jardim Botânico de Brasília)	Supem, Sugap
		Organizar acervo de dados		
		Definir linhas de pesquisa		

<b>CONSERVAÇÃO DA NATUREZA</b>	<b>R11 - Remanescentes de vegetação de cerrado conservados</b>	Definir e implantar corredores ecológicos	SEAGRI, Emater, CBMDF, Conselhos, FBB, Funatura, Comunidade, Ong, UNB, PMDF Ambiental	IBRAM
	<b>R12 - Novo zoneamento implementado e respeitado</b>	Articular com a câmara legislativa para a manutenção do texto original do plano de manejo	Assibram, CLDF, Ongs e Conselho, comunidade	IBRAM, SEMARH
<b>USO DO SOLO</b>		Implementar o novo zoneamento visando adequar as atividades agora permitidas: avicultura, suinocultura, abatedouro pequenos animais, mineração	Ibram, SEAGRI, Emater, Adasa, Caesb	IBRAM
		Monitorar a efetivação do cadastramento das propriedades rurais	Terracap, SEAGRI, Ibram	SEAGRI
		Organizar um banco de dados único que integre as informações de propriedades rurais do DF	IBRAM, Adasa, Emater, Caesb, Terracap, Seagri, CEB, ICMBio, SEDHAB	Terracap/Coordenação, IBRAM/Coordenação
		Criar calendário de eventos para divulgação do rezonamento	Emater, SEAGRI, IBRAM, Adasa	IBRAM/Coordenação
		Apoliar as instituições na envolvidas no plano de manejo por meio de ações de fiscalização	Batalhão Ambiental, IBRAM	IBRAM/Coordenação

	<b>R13 - Melhoria da qualidade da água e do solo</b>	Melhorar a coleta de lixo no meio rural (pontos de coleta)	SLU, RAs, Caesb, Conselhos de Desenvolvimento Rural, Associações	IBRAM, SEMARH
		Implantar sistemas individuais de tratamento de efluentes domésticos	Caesb, RAs, Adasa, Ibram, Emater	Caesb/ Coordenação, Super. Saneamento Rural
		Criar novos pontos de coleta para embalagens vazias de agrotóxico, óleo, pneus, pilhas	Emater, Ras, Ibram, SEAGRI	Emater
		Recuperar Área de Preservação Permanente e Reserva Legal	IBRAM, Funatura, Ongs, Seagri, Proprietários, Emater	IBRAM
<b>REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA</b>	<b>R14 - Agilização do processo de regularização fundiária das propriedades inseridas na APA SB</b>	Fazer gestões junto à Terracap para agilização da regularização fundiária na APA	CDRS, SEAGRI, FAPE DF	SEAGRI/Coordenação
	<b>R15 - Adequação das atividades conforme zoneamento</b>	Levantar as propriedades que não estão em conformidade com o zoneamento	EMATER, SEAGRI, IBRAM, FAPE DF	IBRAM
		Orientar os proprietários na realização das adequações	Emater, CDRS, Caesb (quando APM), SEAGRI, FAPE DF	Emater/Coordenação
<b>DESENVOLVIMENTO RURAL</b>	<b>R16 - Conselho Regional de Desenvolvimento Rural</b>	Disponibilizar instalação, equipamentos e mobiliários nas RAs	RAs, Emater, SEAGRI	RAs Coordenação

	efetivo e atuante nas Regiões Administrativas.	Atuar junto aos órgãos competentes de fiscalização	CDRS, PM, Corpo de Bombeiros, SEAGRI, Agefis, IBRAM, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Ministério Público e outros	CDRS Coordenação
	<b>R17</b> - Utilização adequada de agrotóxicos	Capacitar os produtores quanto ao uso dos agrotóxicos	CDRS, Emater, SEAGRI, Secretaria de Saúde	SEAGRI
	<b>R18</b> - Agroecologia estimulada na APA	Capacitar os produtores em práticas agroecológicas	Funatura, Emater, Ipoema, Instituto Federal de Brasília, CLDF (Câmara Legislativa do DF/ Gabinete Joe Vale)	Emater

## 5.6. FORMAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA APA



Figura 22 - Trabalho em Plenária - Sugestão de entidades para formação do Conselho Consultivo.

Os conselhos são espaços abertos à participação da sociedade no processo de gestão das unidades de conservação. A sua criação está prevista na Lei nº 9.985/00, que regulamentou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). De acordo com este documento (SNUC), entre as suas competências, estão a elaboração do regimento interno e acompanhamento do plano de manejo, bem como da sua implementação e da sua revisão. A sua natureza é consultiva, isto é não possui poder de decisão. Tem como função ser um fórum democrático de valorização, controle social, discussão, negociação e cogestão da UC. O Conselho Consultivo é composto por representantes da administração pública (federal, estadual e municipal, conforme o caso) e pela sociedade civil. As atribuições dos membros do conselho e o seu funcionamento são estabelecidos em regimento interno, a ser elaborado no prazo de 90 dias a partir da data de posse dos conselheiros.

A formação de um conselho passa por três etapas: a identificação dos atores governamentais e da sociedade civil que estejam, de alguma forma, relacionados com a unidade; a sensibilização e a mobilização destes atores; e a formação do conselho propriamente dita. A oficialização dos conselhos se dá por meio de Portaria da SEMARH, publicada em Diário Oficial.

Os participantes sugeriram que o Conselho Consultivo da APA da BRSB seja paritário em termos de representantes do governo e da sociedade civil. As sugestões consolidadas obtidas nas duas oficinas para a composição do Conselho Consultivo foram as seguintes:

**Entidades da Sociedade Civil**

- Fórum das Ongs Ambientalistas;
- Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário – ADEMI;
- Associação dos Condomínios;
- Associação de Moradores;
- Universidades, instituição de ensino e pesquisa ou instituição religiosa;
- CDRS – Conselho de Desenvolvimento Rural e Sustentável (4 vagas);
- Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal - FAPE DF;
- Associação dos Profissionais de Engenharia Ambiental do DF – ASPEA.-DF;
- Associação dos Geólogos do DF – AGEO/ DF;
- CREA-DF;
- Associação dos Engenheiros Florestais.

**Instituições governamentais:**

- Regiões Administrativas de Sobradinho, Planaltina, Paranoá, São Sebastião,
- IBRAM,
- SEMARH,
- SEDHAB,
- SEAGRI,
- ADASA,
- Terracap,
- Caesb,
- Emater,
- Agefis.
- Polícia Militar Ambiental,
- Corpo de Bombeiros,



- Embrapa,
- UnB.

## AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Algumas perguntas foram feitas aos participantes das duas OPP com o objetivo de ressaltar os aspectos positivos, identificar as melhorias necessárias para os próximos encontros; verificar que aspectos da formulação do plano de manejo podem ser considerados bons e o que deve merecer especial atenção para sua implementação exitosa. As respostas obtidas em plenária demonstraram que, de uma forma geral, os participantes aprovaram o local de realização da oficina, bem como a logística dos eventos (lanche, recursos audiovisuais, mapas, tabelas, organização). Apesar de ter sido considerada um ponto positivo a escolha do Jardim Botânico de Brasília, por estar alocado próximo à APA da Bacia do Rio São Bartolomeu, alguns participantes consideraram a sala pequena e quente.

A utilização de mapas para a localização das áreas da APA foi muito proveitosa, mas foi sugerida uma utilização mais diversificada de recursos digitais para melhor compreensão da realidade da APA (inclusive a apresentação de outros mapas, ex: mapa de declividade da APA). Vale ressaltar que a utilização de recursos digitais foi prejudicada na 1ª OPP, tendo em vista a queda do fornecimento de energia elétrica por algumas horas.

Os participantes destacaram a importância de utilizar metodologias apropriadas para a reunião, como os trabalhos em grupo e a visualização por tarjetas. O método de Gestão por Resultados e a condução dos trabalhos na oficina foram considerados dinâmicos e eficientes. Constataram que a participação das pessoas foi boa e a integração efetiva, o que ajudou para a obtenção de conclusões bem definidas e organizadas.

O grupo ressaltou a necessidade de o Ibram envidar maior esforço de divulgação e mobilização de agentes do governo e atores sociais para as oficinas.

Outra sugestão dada foi a importância de convidar a Associação de Topógrafos do Distrito Federal que fazem georeferenciamento e a Associação dos Notários e Registradores do Distrito Federal - ANOREG para próximas reuniões. Consideraram válida a formulação do plano de manejo utilizando a metodologia participativa viabilizando a integração dos diversos atores de governo e da comunidade nas formulações de resultados e ações a serem implementadas. A multidisciplinaridade dos participantes viabilizou um diálogo com base em conhecimentos de técnicos com atuação em nível local. Evidenciaram que a participação das entidades é fundamental para a geração de comprometimento e disseminação das decisões tomadas, além de tornar o processo rico em informações.

Foi expressiva a vontade de ver a APA implementada, com a correção de atividades consideradas como inadequadas e a realização efetiva daquelas propostas para o plano de manejo. Para tanto, observaram ser necessário que os órgãos responsáveis atuem na realidade fazendo cumprir aquilo que foi determinado.

Para a exitosa implantação do plano de manejo consideraram ser fundamental a ampla divulgação do produto final. Uma forte articulação institucional e mobilização da vontade política por meio de cobrança aos órgãos envolvidos são igualmente necessárias, assim como a motivação para a participação ativa da comunidade. Há grande expectativa para que o plano de manejo seja implementado de fato, colocando o respeito à legislação específica à frente da força política.

Os participantes deram destaque especial à constituição do Conselho Consultivo da APA da BRSB, com a realização de eventos para divulgação do plano de manejo entre comunidades produtoras e usuários. Foi ainda evidenciada a necessidade de apoio político institucional do Ibram e do GDF para fazer cumprir as determinações junto à sociedade e aprovação do documento técnico do plano de manejo junto à Câmara Legislativa, sem a modificação do texto original.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As duas oficinas de planejamento participativo atingiram os resultados propostos: discussão de propostas para um zoneamento prévio; elaboração de subsídios para a formulação do plano de manejo (resultados e atividades), levantamento das parcerias governo/sociedade civil em cooperação à implementação do plano de manejo e sugestões de composição do Conselho Consultivo da APA da BRSB. A metodologia aplicada para condução dos trabalhos valorizou e aproveitou os conhecimentos dos diferentes atores. As habilidades e conhecimentos puderam ser compartilhados e complementados.

Considerando que as ações de conservação e de preservação tornam-se mais eficientes e sustentáveis em longo prazo, e que a participação e comprometimento efetivos são decisivos, fica claro que há muito a fazer. Mas o início já se deu de forma satisfatória. Com a constituição formal do Conselho Consultivo de forma paritária e com a representação dos segmentos de atores sociais e de agentes governamentais, as bases para a cogestão da APA da BRSB estará atendida, necessitando de capacitação adequada e da efetiva determinação de fazer acontecer.

Os resultados estabelecidos para o cumprimento do objetivo do plano de manejo "Conservar os recursos naturais e regular o uso e a ocupação do solo, por meio de gestão e ação consorciada entre órgãos afins e a sociedade civil" foram assim elaborados:

### SUPORTE ADMINISTRATIVO

- R1 - Processo de fiscalização eficaz e eficiente;
- R2 - Preservação da memória técnica e continuidade das ações de governo;
- R3 - Compatibilização de vários instrumentos de planejamento com o zoneamento da APA;
- R4 - Corpo técnico suficiente;
- R5 - Corpo técnico qualificado;
- R6 - IBRAM articulado com as Regiões Administrativas;
- R7 - Segurança jurídica do novo zoneamento;
- R8 - Extensão Ambiental implementada na APA.

### GESTÃO PARTICIPATIVA

- R9 - Inclusão da população no processo de planejamento e gestão da APA;
- R10 - Sociedade civil, instituições governamentais integrantes e atuantes;
- R11 - Leis e normas ambientais divulgadas e aprovadas pela sociedade;

**USO DO SOLO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**

**R12** - Áreas de alta sensibilidade ambiental preservadas e conservadas;

**R13** - Remanescentes de vegetação de Cerrado conservados;

**R14** - Novo zoneamento implementado e respeitado;

**R15** - Melhoria da qualidade da água e do solo;

**PESQUISA CIENTÍFICA**

**R16** - Pesquisa científica aplicada às ações de planejamento e gestão da APA;

**R17** - Linha de pesquisa científica definida e fomentada.

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**R18** - População informada, conscientizada e atuante;

**R19** - Programa de educação ambiental elaborado e implementado.

**DESENVOLVIMENTO URBANO**

**R20** - Ofertas habitacionais previstas no zoneamento;

**R21** - Infraestrutura sustentável instalada em área nova;

**DESENVOLVIMENTO RURAL**

**R22** - Conselho Regional de Desenvolvimento Rural efetivo e atuante nas Regiões Administrativas;

**R23** - Utilização adequada de agrotóxicos;

**R24** - Agroecologia estimulada na APA.

**REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

**R25** - ARINES e ARIS regularizadas;

**R26** – Infraestrutura sustentável instalada em área ocupada;

**R27** - Agilização do processo de regularização fundiária das propriedades inseridas na APA BRSB;

**R28** - Adequação das atividades conforme zoneamento.

**RELAÇÃO DE PARTICIPANTES**
**RELAÇÃO DE PARTICIPANTES OPP URBANA**
**Tabela 1: Relação de Participantes OPP Urbana**

	Nome	Telefone	E-mail	Instituição ou Comunidade	16/out	17/out
1	Abel de Almeida Junior	9677-4779	<a href="mailto:abel@odebrecht.com">abel@odebrecht.com</a>	Odebrecht	ok	ok
2	Ana Lira	8142-2822	<a href="mailto:florestaana@gmail.com">florestaana@gmail.com</a>	lbram	ok	ok
3	Andressa Batista	8452-6381	<a href="mailto:andressabatista@odebrecht.com">andressabatista@odebrecht.com</a>	Odebrecht	ok	ok
4	Ariana Leite	3214-5626	<a href="mailto:ariana@asibram.org.br">ariana@asibram.org.br</a>	lbram		ok
5	Camila Bittar	8465-9160	<a href="mailto:camila@geologicadf.com.br">camila@geologicadf.com.br</a>	Geo Lógica	ok	ok
6	Clóvis Esselin	9103-9407	<a href="mailto:crresselin@hotmail.com">crresselin@hotmail.com</a>	AR. Agropecuária	ok	ok
7	Eriel S. Cardoso	3214-5649	<a href="mailto:escardoso2008@gmail.com">escardoso2008@gmail.com</a>	lbram	ok	ok
8	Felipe Vilarinho	8139-2804	<a href="mailto:felipe.vilarinho@hotmail.com">felipe.vilarinho@hotmail.com</a>	Geo Lógica	ok	ok
9	Janaina Domingos Vieira	9235-5668	<a href="mailto:janaina@aria.eng.br">janaina@aria.eng.br</a>	Aria Empreendimentos	ok	ok
10	Lais Petra	8135-4714	<a href="mailto:lais.martins@cyrela.com.br">lais.martins@cyrela.com.br</a>	Cyrela		ok
11	Lúcio Rodrigues	9971-1744	<a href="mailto:lucio@aria.eng.br">lucio@aria.eng.br</a>	Aria Empreendimentos	ok	ok
12	Pedro Braga Netto	9965-6620	<a href="mailto:pbraganetto@gmail.com">pbraganetto@gmail.com</a>	lbram	ok	ok

13	Silas Contaifer	9906-0304	<a href="mailto:silas@geologicadf.com.br">silas@geologicadf.com.br</a>	Geo Lógica	ok	ok
14	Soraia Nemetala	3327-1777	<a href="mailto:soraia@geologicadf.com.br">soraia@geologicadf.com.br</a>	Geo Lógica	ok	ok
15	Verusca Cavalcante	3462-1026	<a href="mailto:verusca.cavalcante@icmbio.gov.br">verusca.cavalcante@icmbio.gov.br</a>	ICMBio	ok	

**RELAÇÃO DE PARTICIPANTES OPP RURAL**
*Tabela 2: Relação de Participantes OPP Rural*

	<b>NOME</b>	<b>TELEFONE</b>	<b>E-MAIL</b>	<b>INSTITUIÇÃO OU COMUNIDADE</b>	<b>23/out</b>	<b>24/out</b>
1	Alba E. Ramos	3051-6348	<a href="mailto:alba.ramos@gmail.com">alba.ramos@gmail.com</a>	SEAGRI-DF	ok	ok
2	Ana Lira	8142-2822	<a href="mailto:florestaana@gmail.com">florestaana@gmail.com</a>	lbram	ok	ok
3	Ana Junqueira	3214-9695	<a href="mailto:anan.nira@yahoo.com.br">anan.nira@yahoo.com.br</a>	lbram	ok	
4	Ariana Leite	3214-5626	<a href="mailto:ariana@asibram.org.br">ariana@asibram.org.br</a>	lbram	ok	ok
5	Bruno Filizola	9959-3112	<a href="mailto:brunofiliz@gmail.com">brunofiliz@gmail.com</a>	Ecovila Aldeia do Altiplano	ok	
6	Camila Bittar	8465-9160	<a href="mailto:camila@geologicadf.com.br">camila@geologicadf.com.br</a>	Geo Lógica	ok	ok
7	Claudio L. G. Duarte	8525-6575	<a href="mailto:claudio.duarte@seagri.df.gov.br">claudio.duarte@seagri.df.gov.br</a>	SEAGRI-DF	ok	
8	Cláudio Ribas	9666-6017	<a href="mailto:ribas@pmdf.df.gov.br">ribas@pmdf.df.gov.br</a>	PMDF/BPMA	ok	
9	Cleber Mendel dos Santos	8525-6675	<a href="mailto:clebermsantos@yahoo.com">clebermsantos@yahoo.com</a>	EMATER DF	ok	ok
10	Cleusa Maria da Silva	8472-0385	<a href="mailto:cleusa.crispim@hotmail.com">cleusa.crispim@hotmail.com</a>	CRDR Gama	ok	ok
11	Daniel de S. Azeredo	8537-0555	<a href="mailto:nuparq@hotmail.com">nuparq@hotmail.com</a>	ADM Planaltina RA VI NUPARQ	ok	

12	Edson Luiz Bernardes	9681-9972	<a href="mailto:ebcdrs@gmail.com">ebcdrs@gmail.com</a>	CDRS Lago Norte	ok	
13	Elaine C Carneiro	9177-7347	<a href="mailto:elaine.agricultura@gmail.com">elaine.agricultura@gmail.com</a>	SEAGRI-DF	ok	
14	Elber M costa	3213-7458	<a href="mailto:elbercosta@caesb.df.gov.br">elbercosta@caesb.df.gov.br</a>	Caesb	ok	ok
15	Eriel S. Cardoso	3214-5649	<a href="mailto:escardoso2008@gmail.com">escardoso2008@gmail.com</a>	Ibram	ok	ok
16	Felipe Vilarinho	8139-2804	<a href="mailto:felipe.vilarinho@hotmail.com">felipe.vilarinho@hotmail.com</a>	Geo Lógica	ok	ok
17	Fernanda Messias	8172-2814	<a href="mailto:fnanda2601@gmail.com">fnanda2601@gmail.com</a>	Comunidade	ok	
18	Francisco Ricardo Vieira	9971-8483	<a href="mailto:fricardovieira@gmail.com">fricardovieira@gmail.com</a>	BPMA/PMDF	ok	ok
19	Henrique M. L. Chaves	9982-3019	<a href="mailto:h1chaves@terra.com.br">h1chaves@terra.com.br</a>	Geo Lógica	ok	
20	Irving Martins Silveira	8122-5667/9616-8008	<a href="mailto:irvingflorestal@gmail.com">irvingflorestal@gmail.com</a>	Funatura		ok
21	Itamar Gomes Vita	9902-0984	<a href="mailto:itamargvitor@hotmail.com">itamargvitor@hotmail.com</a>	CDR Sobradinho	ok	ok
22	Joaquim Waldeilton Campos	8346-1880	<a href="mailto:joaquimw@hotmail.com">joaquimw@hotmail.com</a>	CRDRS/Gama	ok	ok
23	Jovercino Francisco da Silva	9653-4133	<a href="mailto:jovercino@hotmail.com">jovercino@hotmail.com</a>	CRDRS/SS	ok	ok
24	Lauro da Silva Couto	9113-4915	<a href="mailto:silvacouto.lauro@hotmail.com">silvacouto.lauro@hotmail.com</a>	EMATER DF	ok	
25	Lúcio Pereira da Silva	9236-4027	<a href="mailto:luciopdasilva@gmail.com">luciopdasilva@gmail.com</a>	Cooperativa Agropecuária de São Sebastião COPAS	ok	
26	Luis Fernando da Silveira	3214-5695	<a href="mailto:fibram@gmail.com">fibram@gmail.com</a>	Ibram	ok	ok

27	Luiz Cesar Bernardes	3202-0443/8271-1240	<a href="mailto:luiz.bernardes@gmail.com">luiz.bernardes@gmail.com</a>	CDRS	ok	ok
28	Marcos de Lara Maia	3340-3093	<a href="mailto:geamb.emater@gmail.com">geamb.emater@gmail.com</a>	EMATER	ok	ok
29	Maria Dulcineia Xavier Nunes	8599-4010	<a href="mailto:mdxnunes@yahoo.com.br">mdxnunes@yahoo.com.br</a>	DER-Df	ok	
30	Marilene Mendes	9677-3815	<a href="mailto:marilenemendes03@gmail.com">marilenemendes03@gmail.com</a>	Comunidade		ok
31	Mário Luiz Moulin	9961-1202	<a href="mailto:mario@nutrina.com.br">mario@nutrina.com.br</a>	Assoc. Criadores e Prod. Rurais São Sebastião	ok	ok
32	Natal Gomes da Silva	9942-4837	<a href="mailto:natalgdasilva@gmail.com">natalgdasilva@gmail.com</a>	FAPE-DF	ok	
33	Paulo Rubens	3214-5695	<a href="mailto:paulormafilho@ibram.df.br">paulormafilho@ibram.df.br</a>	Ibram	ok	
34	Pedro Braga Netto	9965-6620	<a href="mailto:pbraganetto@gmail.com">pbraganetto@gmail.com</a>	Ibram	ok	ok
35	Rafael da Silva Chaves	3214-5695	<a href="mailto:rafael.chaves@ibram.df.br">rafael.chaves@ibram.df.br</a>	Ibram	ok	
36	Ricardo Teixeira dos Santos	9333-9624	<a href="mailto:texricardo@hotmail.com">texricardo@hotmail.com</a>	Funap	ok	ok
37	Rogério Puerta	3501-1990	<a href="mailto:emater.pipiripau@gmail.com">emater.pipiripau@gmail.com</a>	Emater Pipiripau	ok	
38	Ronaldo Alves Monteiro	8137-5212	<a href="mailto:ralvesmonteiro@yahoo.com">ralvesmonteiro@yahoo.com</a>	Profissional Liberal	ok	ok
39	Rubens Bartholo de Oliveira	9984-0715	<a href="mailto:bartholo.adv@hotmail.com">bartholo.adv@hotmail.com</a>	CDRS Lago Norte	ok	ok
40	Silas Contaifer	9906-0304	<a href="mailto:silas@geologicadf.com.br">silas@geologicadf.com.br</a>	Geo Lógica	ok	ok
41	Soraia Nemetala	3327-1777	<a href="mailto:soraia@geologicadf.com.br">soraia@geologicadf.com.br</a>	Geo Lógica	ok	ok

42	Viviane Anjos	3051-6313	<a href="mailto:vivianjos@gmail.com">vivianjos@gmail.com</a>	SEAGRI-DF	ok	ok
43	Welmo da Costa Oliveira	8174-2938	<a href="mailto:welmocosta@yahoo.com.br">welmocosta@yahoo.com.br</a>	lbram	ok	